

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

PRISCILA FIGUEIREDO MIRANDA RABELLO



ENSINO RELIGIOSO E EDUCAÇÃO INFANTIL:  
A PRESENÇA DA RELIGIÃO EM AÇÕES DOCENTES NO CENTRO MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO INFANTIL SUELI LARRUBIA MUNIZ NO MUNICÍPIO DE SERRA

PRISCILA FIGUEIREDO MIRANDA RABELLO

ENSINO RELIGIOSO E EDUCAÇÃO INFANTIL:  
A PRESENÇA DA RELIGIÃO EM AÇÕES DOCENTES NO CENTRO MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO INFANTIL SUELI LARRUBIA MUNIZ NO MUNICÍPIO DE SERRA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/08/2022.



Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Orientador: José Adriano Filho

VITÓRIA-ES

2022

Rabello, Priscila Figueiredo Miranda

Ensino religioso e educação infantil / A presença da religião em ações docentes no Centro Municipal de Educação Infantil Sueli Larrubia Muniz no Município de Serra / Priscila Figueiredo Miranda Rabello. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2022.

ix, 77 f. ; 31 cm.

Orientador: José Adriano Filho

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2022.

Referências bibliográficas: f. 71-77

1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso escolar. 3. Ensino religioso.  
4. Educação infantil. 5. Manifestações religiosas. 6. Formação continuada.  
7. Proselitismo. - Tese. I. Priscila Figueiredo Miranda Rabello. II. Faculdade Unida de Vitória, 2022. III. Título.

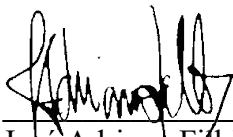
PRISCILA FIGUEIREDO MIRANDA RABELLO

ENSINO RELIGIOSO E EDUCAÇÃO INFANTIL:

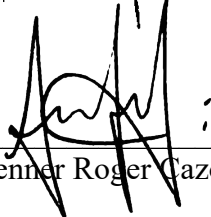
A PRESENÇA DA RELIGIÃO EM AÇÕES DOCENTES NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SUELI LARRUBIA MUNIZ NO MUNICÍPIO DE SERRA – ES

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Data: 05 ago. 2022.



José Adriano Filho, Doutor em Teoria e História Literária, UNIDA (presidente).



Kenner Roger Cazotto Terra, Doutor em Ciências da Religião, UNIDA.



Eliane Maura Littig Milhomem de Freitas, Doutora em Ciências da Religião, CONERES.



Dedico este trabalho a todas as crianças que colorem de alegria os espaços por onde passam, com o seu jeito próprio de ser nos ensinam a sermos adultos mais felizes.

## AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, criador de todas as coisas, pelo dom da vida e por guiar os meus passos até aqui.

Aos meus pais, Patrícia e José, pela minha educação base e formação do meu caráter, e à minha irmã, Ana Luíza, pela torcida de sempre.

Ao meu marido, amigo e grande incentivador, Thiago, por sonhar comigo os meus sonhos e embarcar nos meus projetos.

Aos meus filhos, Heloísa e Henrique, por serem minha fonte de inspiração diária.

Aos professores do curso, que me capacitaram a utilizar as ferramentas do saber para aprender um pouco mais.

Em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. José Adriano, por seu apoio ao longo desta jornada.

Às minhas colegas de trabalho e às crianças que, de forma direta ou indireta, participaram desta pesquisa.



PPGPCR  
Faculdade Unida de Vitória



“Não é no silêncio que os homens se fazem,  
mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.  
Paulo Freire.

## RESUMO

A proposta desta dissertação de mestrado consiste em analisar dialogicamente a fala de cinco professores do Centro Municipal de Educação Infantil Sueli Larrubia Muniz, no município de Serra, Espírito Santo, quanto suas abordagens frente as manifestações de religiosidade trazidas pelos alunos no cotidiano da sala de aula. Para alcançar este objetivo foi desenvolvida uma pesquisa de campo, de natureza exploratória, com coleta de dados a partir de entrevista semiestruturada, com análise qualitativa dos resultados obtidos, tomando como referência o conceito de discurso do teórico russo Mikhail Bakhtin. A estrutura de desenvolvimento desta dissertação apresenta três capítulos. O primeiro aborda a formação inicial em pedagogia e a religiosidade evidenciada no discurso e brincadeiras de alunos da educação infantil. O segundo discute o proselitismo apontando se em sua atuação os professores ensinam os alunos o respeito e a tolerância em relação a diversidade religiosa. O terceiro capítulo traz a metodologia aplicada e conceitos do dialogismo de Bakhtin como ponto de partida para a análise dos resultados obtidos. Conclui-se com esta dissertação que os professores do CMEI possuem conhecimento acerca da cultura e diversidade religiosa brasileira, da importância em manter a laicidade no espaço educativo e não praticar o proselitismo quando, eventualmente, seus alunos expõem manifestações religiosas trazidas de casa ou em algumas datas comemorativas. Apesar desse entendimento, em seus enunciados é perceptível a preocupação em não aprofundarem o diálogo sobre a relação Educação Infantil primeira etapa da educação básica e o componente curricular Ensino Religioso.

Palavras-chave: Educação Infantil. Manifestações Religiosas. Proselitismo. Formação Continuada.



## ABSTRACT

*The purpose of this master's degree dissertation is to dialogically analyze the speech of five teachers from the Sueli Larrubia Muniz Municipal Center for Early Childhood Education, in the municipality of Serra, Espírito Santo, regarding their approaches to the manifestations of religiosity brought by students in the daily life of the classroom. To achieve this objective, an exploratory field research was conducted, with data collection from semi-structured interviews and qualitative analysis of the results obtained, using as reference the concept of discourse from the Russian theorist Mikhail Bakhtin. The structure to develop this dissertation has three chapters. The first addresses the initial training in pedagogy and the religiosity evidenced in the speech and play of early childhood education students. The second discusses proselytism, pointing out whether, in their work, teachers teach students respect and tolerance in relation to religious diversity. The third chapter brings the applied methodology and concepts of Bakhtin's dialogism as a starting point for the analysis of the results obtained. The conclusion of this dissertation is that CMEI teachers have knowledge about Brazilian culture and religious diversity, the importance of maintaining secularism in the educational space and not practicing proselytism when, eventually, their students expose religious manifestations brought from home or in some commemorative dates. Despite this understanding, in their statements it is noticeable the concern not to deepen the dialogue on the relationship between the first stage Early Childhood Education and the curricular component Religious Education.*

**Keywords:** *Early Childhood Education. Religious Manifestations. Proselytism. Continuing Education.*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 FORMAÇÃO INICIAL E A MANIFESTAÇÃO DE RELIGIOSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	15
1.1 Pedagogia: base para a Educação Infantil .....	16
1.2 Educação Infantil.....	19
1.3 Ensino Religioso na Educação Infantil na Serra-ES .....	23
1.4 Manifestações de religiosidade na Educação Infantil.....	27
2 PROSELITISMO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PROFESSORES/AS ENSINAM AOS/ÀS ALUNOS/AS RESPEITO E TOLERÂNCIA À DIVERSIDADE RELIGIOSA .....	32
2.1 Conhecimento, acesso à escola e religiosidade .....	36
2.2 Diversidade religiosa .....	39
2.3 Presença da religiosidade em sala de aula .....	41
3 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS/AS PROFESSORES/AS DO CMEI QUANTO À PRESENÇA DA RELIGIÃO EM AÇÕES DOCENTES EM SALA DE AULA .....	50
3.1 Metodologia: entrevista com os/as professores/as do CMEI Sueli Larrubia Muniz .....	50
3.2 Discursos dos/as professores/as.....	52
3.3 Delimitações na execução da pesquisa.....	68
CONCLUSÃO.....	69
REFERÊNCIAS .....	71
APÊNDICE: QUESTIONÁRIO PARA EXECUÇÃO DA PESQUISA .....	78

## INTRODUÇÃO

As nuances da religião estão presentes em todos os espaços, com maior ou menor força, mas podem ser identificadas de diversas formas e expressas em inúmeras denominações e características típicas da religiosidade. Elas podem ser notadas em momentos de descontração, reuniões sociais, profissionais, e essa realidade não é diferente na educação e seus respectivos níveis de escolaridade. A proposta deste estudo discorre sobre o *Ensino Religioso e Educação Infantil: a presença da religião em ações docentes de um Centro Municipal de Educação Infantil no município de Serra, região da Grande Vitória, no Espírito Santo*.

A diversidade religiosa é uma das características da sociedade brasileira, que demonstra que ainda falta consenso quanto ao assunto da teologia e das crenças, haja vista que, a partir do século XX, esse ambiente assumiu como um de seus compromissos a pluralidade de caminhos e de reflexões relacionadas ao mundo, a Deus e ao ser humano. Dessa forma, existem várias “correntes teológicas que integram a contemporaneidade, a bíblica, católica, protestante, natural e a especulativa. Cada uma dessas correntes possui objetivos, características e doutrinas próprias, embora o eixo central seja a palavra de Deus”<sup>1</sup>.

A Educação Infantil é garantida por diferentes mecanismos legais, de cunho federal, estadual e municipal, tais como: a Constituição Federal de 1988;<sup>2</sup> a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996;<sup>3</sup> o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990;<sup>4</sup> o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001;<sup>5</sup> as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), de 2010;<sup>6</sup> a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017;<sup>7</sup> o Programa de Formação Inicial para professores em Exercício na Educação Infantil (PROINFANTIL), de 2005; e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de 2006.

<sup>1</sup> FISCHER, Joachim. História dos dogmas, história da teologia, história do pensamento cristão: considerações sobre alguns conceitos da historiografia eclesial. *Revista Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 48, n. 1, p. 83-100, 2008. p. 87.

<sup>2</sup> BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

<sup>3</sup> BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. [Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

<sup>4</sup> BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. [Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

<sup>5</sup> BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001*. [Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

<sup>6</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC; SEB, 2010. p. 7-33.

<sup>7</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília: MEC; SEB, 2017. p. 436.

Na Educação Infantil, as primeiras iniciativas voltadas à criança tiveram um caráter higienista, cujo trabalho era realizado por médicos e damas beneficentes, dirigindo-se contra o alto índice de mortalidade infantil que era atribuído aos nascimentos ilegítimos da união entre escravas e senhores, bem como pela falta de educação física, moral e intelectual das mães. A Educação Infantil “é um espaço de relações sociais entre os sujeitos, sujeitos históricos e interativos que se constroem em um currículo vivo, permeado de ações e atitudes conceituais e linguagens e interesses”<sup>8</sup>.

Diversos estudos e pesquisas sobre a Educação Infantil destacam que essa proposta de ensino chegou ao Brasil no final do século XIX e se converteu para o Estado combater a pobreza e complementar a renda salarial das famílias. Seus objetivos são divergentes quando se olha pelo prisma do que é uma instituição pública e uma entidade privada. Assim, os propósitos, os objetivos e a distinção entre o público e o privado “muda o contexto do atendimento à criança: enquanto uma parte aprende, adquire conhecimento, é educada; a outra é somente assistida em algumas de suas necessidades básicas.”<sup>9</sup>

É na etapa escolar da Educação Infantil que a criança inicia o processo de formação e desenvolvimento de sua personalidade.<sup>10</sup> Logo, ela se mostra aberta a todo tipo de aprendizagem, inclusive no que se refere à religiosidade e seus aspectos, podendo ser motivada a seguir determinado caminho direcionado pela família e/ou amigos e levá-los para a sala de aula em seus momentos de descontração, atos, posturas e de gestos simples e naturais. Nesse contexto, é preciso esclarecer que “a introdução do Ensino Religioso na educação implica em refletir e integrar o fenômeno religioso como saber fundamental para a formação integral do aluno”<sup>11</sup>. Contudo, o/a professor/a regente pode identificar, independente da denominação, sinais de religiosidade em seus/suas alunos/as em sala de aula.

Sempre há um sinal de religião em sala de aula e muitos/as professores/as conseguem percebê-lo no comportamento dos/as alunos/as. Em cada manifestação como, por exemplo, em sala, o/a aluno/a usa vestimentas e adereços com símbolos religiosos, faz questionamentos ao/a professor/as nas atividades livres de desenho, brincadeiras, entre outras. O Ensino Religioso é ofertado para os/as alunos/as a partir do 1º ano do Ensino Fundamental. Não há uma

<sup>8</sup> CABRAL, Ana Carla F. C. *Formação de professores para a Educação Infantil: um estudo realizado em um Curso Normal Superior. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. p. 11.*

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Zilma M. R. *Educação infantil: fundamentos e métodos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 34.*

<sup>10</sup> KRAMER, Sonia. De que professor precisamos para a Educação Infantil. *Revista Pátio Educação Infantil*, São Paulo, a. I, n. 2, p. 19-29, 2003. p. 25.

<sup>11</sup> FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso. 8 ed. São Paulo: Ave-Maria, 2006. p. 56.*

documentação sobre a oferta para a Educação Infantil, contudo, o/a professor/a, nessa categoria de ensino, lida com essa questão diariamente perante seus/suas alunos/as. Nesse contexto, o problema de pesquisa pode ser formulado na seguinte questão: como os/as professores/as de um Centro Municipal de Educação Infantil, localizado no município da Serra-ES, abordam as questões religiosas trazidas pelos/as alunos/as para a sala de aula?

O exercício profissional para a Educação Infantil tem por base a formação inicial em pedagogia, que não inclui o Ensino Religioso. A Secretaria Municipal de Educação da Serra (SMES) apresenta uma lacuna no campo de pesquisa e formação continuada junto dos professores e professoras da Educação Infantil que identifica, por meio de questionários ou escuta ativa, os temas/áreas relevantes para a ampliação, aprimoramento e atualização do conhecimento. Apesar de leis específicas sobre práticas religiosas para os demais níveis de ensino, não há documentos que instrumentalizem o trabalho do/a professor/a de Educação Infantil para lidar com as nuances e sinais de religiosidade que os/as alunos/as manifestam nas brincadeiras ou nas atividades em sala de aula.

O desenvolvimento profissional do/a professor/a está expresso no currículo, formação e qualificação. O treinamento e a capacitação tem como meio a formação continuada e são elementos que podem agregar qualidade à proposta da Educação Infantil, que tem fundamento nos “parâmetros constitucionais as crianças, seu desenvolvimento e aprendizagem como responsabilidade das creches e pré-escolas, e isso exige um trabalho intencional e de qualidade”<sup>12</sup>. Nesse sentido, a docência em Educação Infantil é exercida em sentido inverso, ou seja, parte da prática para a teoria, e a formação profissional e as experiências individuais podem interferir nas práticas pedagógicas. Por isso, este estudo tem como objetivo geral analisar as narrativas de professores/as de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), do município da Serra-ES, quanto suas abordagens frente às manifestações de religiosidade trazidas pelos/as alunos/as nas atividades em sala de aula.

Exercer a docência é uma atividade que requer qualificação inicial, no entanto, para a Educação Infantil, não há graduação específica para essa atividade. O mercado educativo oferece cursos de pós-graduação, especialização ou cursos extensivos que auxiliam e permitem o exercício profissional nessa modalidade de ensino. Nessa conjuntura, para responder o problema de pesquisa e contemplar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

---

<sup>12</sup> OSTETTO, Luciana E. *Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores*. Campinas: Papirus, 2011. p. 175.

- a) entender se na prática docente as crenças pessoais do/a professor/a infantil interferem na abordagem aos sinais de religiosidade trazidos no discurso e brincadeiras de seus/suas educandos/as no cotidiano escolar;
- b) analisar o proselitismo na prática pedagógica do/a professor/a infantil em relação ao respeito e à tolerância quanto à diversidade religiosa;
- c) verificar os principais aspectos do conhecimento da Ciência das Religiões, fatores que indicam a necessidade de ampliá-los a partir da formação continuada como instrumento para a qualificação da prática docente.

O conhecimento pode ser construído em diferentes ambientes, mas é a universidade o espaço que possibilita sua inovação e sua expansão, partindo da formação inicial para o exercício profissional. Aprender significa pesquisar, elaborar, argumentar, fundamentar, questionar e refazer, e o/a professor/a precisa ter essa oportunidade para ampliar a sua capacidade profissional, assim, poderá ser eficiente na educação, formação e desenvolvimento de seus/suas alunos/as. A política educacional brasileira não oferece formação inicial em Educação Infantil e, somente a partir de 1970, a formação continuada se tornou uma necessidade evidente nas instituições escolares.<sup>13</sup>

As narrativas dos/as professores/as foram analisadas a partir do pensamento de Mikhail Bakhtin, no qual o “discurso parte e se dirige a alguém, se organizam em enunciados que englobam os proferidos e os não proferidos, gestos que apresentam juízo de valor, localizados em certo contexto social encobertos por capacidade ideológica ou vivencial”<sup>14</sup>. Os discursos são elaborados em uma esfera de movimentação de sujeitos, estruturados pelo/a locutor/a como um todo enunciativo com o objetivo de ser entendido por um outro.<sup>15</sup>

Esta dissertação foi desenvolvida em três capítulos. O primeiro discorre sobre a questão da inexistência de formação inicial para a Educação Infantil e a relação com a religiosidade evidenciadas nas atividades e brincadeiras dos/as alunos/as em sala de aula. Verifica-se se as crenças pessoais dos/as professores/as de um CMEI interferem na abordagem quando as nuances de religiosidade são trazidas no discurso e brincadeira dos/as alunos/as.

O segundo capítulo discute a questão do proselitismo nas práticas pedagógicas, no intuito de analisar se ocorre proselitismo nas práticas pedagógicas dos/as professores/as, ou se elas desempenham o papel de instigar nos/as alunos/as o ensino em relação ao respeito e à

<sup>13</sup> IMBERNÓN, Francisco. *Formação continuada de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 46.

<sup>14</sup> BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 261.

<sup>15</sup> BRANCO, Jordana C. *A presença do discurso religioso em uma Escola de Educação Infantil da rede pública de ensino do município de Duque de Caxias*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. p. 22.

tolerância quanto à diversidade religiosa. O terceiro capítulo descreve a metodologia, suas etapas e a teoria do discurso, em Mikhail Bakhtin, como base para análise das entrevistas semiestruturadas realizada com os/as professores/as do CMEI-Serra, Espírito Santo. Aborda, ainda, os resultados alcançados e as limitações que cercearam a pesquisa de campo. A conclusão apresenta uma análise crítica sobre o discurso dos/as professores/as, incluindo, também, as considerações da autora desta pesquisa.



## 1 FORMAÇÃO INICIAL E A MANIFESTAÇÃO DE RELIGIOSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação faz parte da vida das pessoas e não tem raiz centrada somente na escola, como também a escola não representa a única forma ou modelo para se educar. É importante destacar que a “prática docente se caracteriza conforme as relações entre conteúdo e forma, objetivo e avaliação e acontece na valorização das relações e dos processos cognitivos, o professor é considerado um aprendiz”<sup>16</sup>. Na atualidade, não há escape para a educação, pois ela está presente em todos os lugares: “em casa, na rua, na igreja, ou na escola, envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.”<sup>17</sup>

A educação pode ser entendida como um processo de formação, pelo qual as pessoas são submetidas, visando um preparo para a vida social. Através dos processos educativos, intermediados pela família e pela escola, espera-se que as pessoas sejam capazes de apropriar-se de algumas normas e comportamentos sociais, que são requeridos para sua atuação na esfera pública ou privada. Deve-se proporcionar “preparação completa do homem para a vida inteira, pois seu objetivo devia ser o de adquirir, do modo mais completo possível, os conhecimentos que melhor servissem para desenvolver a vida intelectual e social em todos os aspectos”<sup>18</sup>.

A educação é a ponte de integração das pessoas com a sociedade, para se tornarem um grupo social sendo responsáveis como cidadãos e cidadãs. Por isso, a educação é vista como um processo fundamental na vida do ser humano e tem um valor utilitário em que os conhecimentos mais importantes são aqueles que servem para conservar e melhorar as pessoas, a família e a sociedade. Seu processo é essencialmente a forma pela qual se aprende a ser membro da sociedade e se emerge por meio da família, da igreja, da escola e da comunidade.

Joana Romanowski afirma o seguinte:

A educação é localização e a sociedade não poderia existir sem que houvesse em seus membros certa homogeneidade: a educação perpetua e reforça, fixando de antemão na alma da criança certas similitudes essenciais, reclamadas pela vida coletiva. É a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social: tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio moral a que a criança, particularmente, se destina.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> ROMANOWSKI, Joana P. *Formação e profissionalização docente*. 3. ed. Curitiba: IBPEX, 2007. p. 55.

<sup>17</sup> BRANDÃO, Carlos R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 74.

<sup>18</sup> GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2002. p. 11.

<sup>19</sup> DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978. p. 41.



A educação é um processo de socialização e transmissão cultural de valores, normas, atitudes, experiências e de representações que se realiza através do convívio com o meio social. Nessa perspectiva, a formação em Pedagogia, devido da falta de graduação em Educação Infantil, torna-se a base para a prática docente nessa modalidade de ensino.

### 1.1 Pedagogia: base para a Educação Infantil

O contexto da Pedagogia no Brasil é discutido nesse estudo e tomado como uma “história das ideias pedagógicas no Brasil”<sup>20</sup>, complementada por discursos teóricos que possibilitam discorrer sobre os principais pontos da formação inicial, que balizam o exercício docente na Educação Infantil. O primeiro período das ideias pedagógicas no Brasil teve início, em 1549, com chegada dos representantes da Igreja Católica Apostólica Romana. Os padres jesuítas criaram a instituição educacional Companhia de Jesus, que foi destinada a, educacionalmente, catequizar os índios – eliminar suas crenças, rituais, tradições e impor as regras sociais vigentes na época – e educar os/as filhos/as dos fazendeiros. Esse período durou até 1759, que foi um momento de predominância da educação religiosa tradicional a partir da expulsão dos padres jesuítas, ficando a cargo dos setores da Igreja Católica Apostólica Romana o comando do ensino público.<sup>21</sup>

No período de 1549 a 1808, deu-se a organização escolar consolidada pelo modelo agrário-exportador dependente. Nessa época, o conhecimento e o contato dos colonizadores com as crenças, tradições e costumes dos índios despertou na Igreja Católica Apostólica Romana a necessidade de mudar o comportamento dos índios. Esse foi o primeiro plano educacional “elaborado por padre Manoel da Nóbrega percebe-se a intenção se catequizar, instruir os indígenas, como determinavam os ‘Regimentos’, percebe-se também a necessidade de incluir os filhos de colonos”<sup>22</sup>. A educação era diversificada, mas, estava centrada em atender a diversidade de interesses e capacidades.

Entre 1759 e 1939, a educação passou por transformações significativas. Esse período foi caracterizado pela presença religiosa e dos leigos, que praticavam a pedagogia tradicional. O curso de Pedagogia no Brasil teve início em 1939, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, a partir do Decreto-Lei nº 1.190, de 04 de abril daquele ano, tendo sob sua responsabilidade a formação do Bacharel em Pedagogia, ficando para o curso de Didática

---

<sup>20</sup> SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 47.

<sup>21</sup> SAVIANI, 2007, p. 45.

<sup>22</sup> RIBEIRO, Maria Luisa S. *História da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados, 1993. p. 21.

a função de formar como licenciado no mesmo curso. Em 1930, iniciou-se o processo de substituição da Escola Normal pelos Institutos de Educação, com uma proposta voltada para a formação do/a professor/a do curso primário com os Componentes Curriculares tradicionais: ‘fundamentos’ e ‘metodologias de ensino, que possibilitavam o acesso à especialização, aperfeiçoamento, extensão e extraordinários.’<sup>23</sup>

O terceiro período da educação, no processo histórico brasileiro, vai de 1932 a 1969, no qual predominou a Pedagogia nova. Com tantas adversidades e um percurso histórico instável em função de um currículo que não propunha o mínimo para a identificação do profissional pedagogo, houve muita tensão originada por sua formação, ora técnica ora generalista, que separava o conteúdo do método.<sup>24</sup> Por conta de ideias exteriores e peculiaridades, que guiavam a organização do pensamento educacional brasileiro, e da problemática aumentada pela falta de interesse e descaso para com a educação, por parte dos governantes, o resultado foi a desvalorização do profissional da educação. Segundo Dermeval Saviani, o curso oferecido anteriormente destacava a função generalista e sem identificação, haja vista que:

Procurou privilegiar a formação de técnicos por meio das habilitações com funções supostamente bem específicas no âmbito das escolas, os profissionais e sistemas de ensino que configurariam um mercado de trabalho, demandando em consequência, os profissionais com uma formação específica que seria sugerida pelo curso de pedagogia. Daí a reestruturação desse curso exatamente para atender a referida demanda.<sup>25</sup>

Dentro dessa nova estrutura, o tecnicismo e a formação de mão de obra para atender as necessidades do mercado capitalista foram as características que marcaram a educação no período entre 1960-1964. Nessa época, buscou-se dinamizar a economia brasileira e, assim, “teve como principal marca ser a etapa do capitalismo brasileiro dedicada aos investimentos em educação alicerçados no ideário tecnicista”<sup>26</sup>. Em 1962, ocorreu a unificação dos cursos “técnico em educação” – Bacharel –, e o professor de Pedagogia – Licenciado – passou a ter formação plena no curso de Pedagogia, numa proposta de quatro anos, ou seja, três anos para a formação do Bacharel, e mais um ano de curso de Didática para formar-se como licenciado. Nesse período, o curso de Pedagogia passou por várias mudanças em sua estrutura. Em 1961, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61, e o Conselho Federal de Educação decretou “currículos mínimos” para vários cursos, inclusive de Pedagogia.<sup>27</sup>

<sup>23</sup> SAVIANI, 2007, p. 50.

<sup>24</sup> SAVIANI, 2007, p. 51.

<sup>25</sup> SAVIANI, 2007, p. 51.

<sup>26</sup> BRZEZINSKI, Iria. *Pedagogia, pedagogos e formação de professores*. Campinas: Papirus, 1996. p. 58.

<sup>27</sup> SAVIANI, 2007, p. 52.

Até 1965, os licenciados, em conformidade com a Portaria MEC n. 478/54, podiam ministrar aulas para o primário e alguns Componentes Curriculares do Ensino Médio – Filosofia, História geral e do Brasil, Matemática – para o primeiro ano. Entre 1966 a 1968, a Portaria do MEC n. 341/65 ampliou a licença para lecionar os Componentes Curriculares de Psicologia, Sociologia e Estudos Sociais. Em 1969, o Parecer CFE 251/62, normatizou o curso, dando os primeiros passos a formação superior do/a professor/a primário, e a formação do “técnico em educação” deveria ser após os estudos da graduação. Sabendo-se, pois, que a formação no curso secundário seria futura, pois era considerada uma realidade longínqua para aquela época.<sup>28</sup>

A proposta de reformulação do curso de Pedagogia, apresentada no Congresso Estadual de Estudantes de Pedagogia em São Paulo, realizado em 1967, favorecida anteriormente pela indefinição do currículo que os frustrava, promulgava a lástima de que o “curso de pedagogia se restringe à uma formação teórica do professor; negligência aspectos da formação no campo educacional; currículo “enciclopédico”; favorece a perda do campo profissional pedagógico falta de capacitação.<sup>29</sup> Observa-se que o campo profissional do técnico em educação não está determinado, apesar da Secretaria de Educação ter ofertado alguns cargos para os quais o/a pedagogo/a poderia vincular-se, pois não havia uma função exclusiva para o/a Bacharel em Pedagogia e o/a Licenciado/a disputava o mercado de trabalho com formandos de áreas diversas, já que se consentia o direito de lecionar a qualquer pessoa com nível superior independentemente de sua área de atuação.<sup>30</sup>

Na formação em Pedagogia, a docência era a “base da identidade profissional de todos os profissionais da educação”, mas foi a partir de 1969 que ela teve continuidade, entretanto, a proposta ainda fazia prevalecer a função de habilitar o/a pedagogo/a como orientador/a educacional, administrador/a, supervisor/a escolar, inspetor/a, etc. Trocou-se a licenciatura pelas habilitações e, levando em conta a fragilidade do curso de Pedagogia, algumas mudanças foram necessárias. O Parecer CFE nº. 252/69, agrupado à Resolução CFE nº 2/69, estabeleceu conteúdos básicos e duração mínima na organização desse curso que duraram mais de 30 anos.<sup>31</sup>

Outro fator importante em relação à formação do/a professor/a de Pedagogia é o fato de o currículo conter os Componentes Curriculares de Sociologia Geral, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Didática. Sem esquecer

---

<sup>28</sup> SAVIANI, 2007, p. 53

<sup>29</sup> SILVA, Carmen S. B. *Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade*. Campinas: Autores Associados, 1999. p. 18.

<sup>30</sup> SAVIANI, 2007, p. 60.

<sup>31</sup> SILVA, 1999, p. 79.

as especificidades de cada habilitação para a completa formação desse especialista em educação.<sup>32</sup>

Em relação às manifestações de religiosidade na Educação Infantil, observou-se que a literatura nacional não disponibiliza muitas fontes de pesquisa. As fontes existentes ainda se classificam como incipientes. À escola cabe criar programas e definir espaços para debates, discussões e encontros que promovam, gradativa e progressivamente, a formação de seus/suas profissionais, principalmente para aqueles/as que atuam na Educação Infantil, que será o tema da próxima seção.

## 1.2 Educação Infantil

O exercício da docência requer formação inicial. Porém, para a Educação Infantil, não há um curso específico para ministrar aulas nessa modalidade de ensino. Por isso, é respaldado pela graduação em Licenciatura em Pedagogia, complementação em cursos extensivos e pós-graduação. Os objetivos da Educação Infantil contemplam o desenvolvimento integral da criança, contudo, na prática, torná-los efetivos é outro contexto, já que não há formação inicial. Os objetivos definidos para a avaliação da criança, é uma questão tratada pela LDB: “a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”<sup>33</sup>.

A promoção do desenvolvimento integral está muito centrada em uma questão polêmica expressa no Referencial para a Formação de Professores (RFP), que é o educar e cuidar. O Ministério da Educação ressalta em suas determinações que cuidar é a “terceira função mais citada e indicada como específica do professor de educação infantil considerado um avanço significativo que pode e deve ser estendido às demais etapas da escolaridade”<sup>34</sup>. Cuidar, educar e formar levam a muitos desafios, principalmente se analisarmos o contexto da formação continuada para aperfeiçoar o conhecimento e aprimorar a prática docente. A abordagem do RFP/1998 “rompe com a unidade indissociável, pois essa temática vem sendo abordada considerando que todo cuidar tem uma dimensão pedagógica e todo educar tem uma dimensão de cuidar”<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> SILVA, 1999, p. 81.

<sup>33</sup> BRASIL, 1996, [n.p.].

<sup>34</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais para formação de professores*. Brasília: SEF, 1999. p. 54.

<sup>35</sup> ROCHA, Eloisa A. C. R. A função social das instituições de educação infantil. *Revista Conteúdo/Escola*, Araranguá, v. 5, n. 7, p. 1-15, 2001. p. 7.

Esta categoria de ensino possibilita à criança ter a oportunidade de desenvolver e ampliar suas relações sociais, interações e formas de comunicação. No processo de construção do conhecimento, as crianças utilizam as mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar, construindo o seu conhecimento a partir das interações que estabelecem no ambiente escolar, social e familiar. O Brasil é um país que precisa reformular a concepção de Educação Infantil, o que significa atender várias questões que “ultrapassam seus aspectos legais, sobretudo a formação continuada em modalidades educacionais sem formação inicial específica como a educação infantil, entre outros aspectos”<sup>36</sup>.

As primeiras experiências educacionais da criança são proporcionadas pela família. Na escola, transmite-se o saber e o/a professor/a tem como função o desenvolvimento do ser humano. O mapa conceitual da Educação Infantil mostra a necessidade dos/as alunos/as – receptores/as e construtores/as da aprendizagem –, da participação dos pais – família como colaboradora e apoiadora –, dos/as professores/as – formação, especialização, capacitação e facilitadores/as do processo de aprendizagem. Quando se analisa a aprendizagem dos/as alunos/as, há questionamentos que são muito antigos, mas, que, em função dos inúmeros problemas que cercam a educação brasileira, estão sempre em evidência, por exemplo, saber como as crianças aprendem e ainda compreender os processos que lhes proporcionam construir conhecimentos e sobre a capacidade real de aprender. O fator que deve nortear a educação é o caráter educacional que promove o desenvolvimento integral da criança em suas diferentes e complementares perspectivas.<sup>37</sup>

Na Educação Infantil, as primeiras iniciativas voltadas à criança tiveram um caráter higienista, cujo trabalho era realizado por médicos e damas beneficentes, e se dirigiram contra o alto índice de mortalidade infantil, que era atribuída aos nascimentos ilegítimos da união entre escravas e senhores, bem como pela falta de educação física, moral e intelectual das mães. “Há neste contexto um fator muito importante, participação da família que também é importante nesse processo haja vista que a educação é uma continuidade da extensão família e escola”<sup>38</sup>.

A trajetória das creches e das escolas maternas foi marcada pelas tradições assistenciais, destinadas às crianças das famílias pobres. No Brasil, as creches surgiram para atender às “necessidades do trabalho feminino industrial, respondendo assim as questões como abandono, a desnutrição, a mortalidade infantil, a formação de hábitos higiênicos e a moralização das

---

<sup>36</sup> OLIVEIRA, 2011, p. 169.

<sup>37</sup> ANGOTTI, Maristela. *Educação Infantil: para que, e para quem e por quê?* Campinas: Alínea, 2006. p. 18.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, 2011, p. 171.

famílias operariam”<sup>39</sup>. Espelhados em modelos lançados em outros países, os jardins de infância criados no Brasil eram destinados às crianças de famílias ricas, cujo objetivo era a socialização e a preparação da criança para o Ensino Fundamental. Ao subordinar o “atendimento em creches e pré-escolas à área de educação foi um grande passo na direção da superação do caráter assistencialista predominante nos programas voltados para essa faixa etária”<sup>40</sup>.

Em 2001, com a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), foram estabelecidas vinte e cinco metas/objetivos para a Educação Infantil, que tiveram como ponto de partida a ampliação da oferta para atender, em cinco anos, 30% da população de até três anos de idade, e 60% da população de quatro a seis anos; e, até o final da década, deveria alcançar 50% das crianças de zero a três anos, e 80% das crianças de quatro a seis anos. O balanço realizado pelo portal Nova Escola, em março de 2010, apontou a distinção das metas para a Educação Infantil: faltavam 2,4 para bater a meta, creche somente 17,1% são atendidas registrando 33% abaixo da expectativa.<sup>41</sup>

A aproximação entre família e escola leva os/as estudiosos/as, pesquisadores/as, professores/as e todas as pessoas envolvidas com a educação a repensar a contribuição de ambas para o desenvolvimento infantil, pois a família ainda é responsável pela educação da criança. É importante não esquecer outro elemento primordial para o bom desempenho da Educação Infantil, o planejamento das atividades que “visa a melhoria de um todo e se concretiza em planos e projetos da escola, currículo e ensino”<sup>42</sup>, o que possibilita a realização de um trabalho significativo, transformador e inovador.<sup>43</sup>

À medida que a criança cresce e se desenvolve, ela aprende que não pode fazer tudo sozinha e, para ser independente e autônoma, ela precisa da ajuda de uma pessoa adulta. Daí a necessidade de ficar junto de outras crianças, garantindo seus limites de segurança para que ela possa espelhar-se e trocar suas descobertas. Ao conviver no mundo das pessoas adultas, com afeto, alegria, tristeza, raiva, a criança aprende a compartilhar de bons e maus momentos e também a garantir seu espaço sem ser submissa. Ao longo da história do Brasil, “a criança de zero a seis anos foi objeto de atenção nesses quinhentos anos, sobretudo por inspiração da Igreja, no início do processo de colonização predominou a assistência social a infância”<sup>44</sup>.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, Zilma M. R. *A criança e seu desenvolvimento: perspectiva para se discutir a educação infantil*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 28.

<sup>40</sup> CAMPOS, Maria M.; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel M. *Creches e pré-escolas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1992. p. 18.

<sup>41</sup> MOÇO, Anderson. Balanço do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010. In: NOVA ESCOLA [Site institucional]. 03 mar. 2010. [online]. [n.p.].

<sup>42</sup> LIBÂNEO, José C. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 123.

<sup>43</sup> LIBÂNEO, 2013, p. 123.

<sup>44</sup> KISHIMOTO, Tizuko M. *Jogo, brinquedo, brincadeira, e a educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 19.

A realidade do sistema educacional no Brasil é um grande desafio e, por mais que as autoridades competentes buscam alternativas para reduzir os problemas encontrados, outros vão surgindo ao longo do percurso. Ações foram desenvolvidas no sentido de construir um referencial curricular para esse segmento educativo, cujo propósito era o desenvolvimento da prática pedagógica dos/as professores/as. Coloca-se em questão o que fazer com as crianças dessa faixa etária e suas possibilidades de aprendizagem.

A educação brasileira apresenta deficiências e qualidades adquiridas ao longo dos anos, tais como, um processo de avaliação institucional que destaca as piores e as melhores escolas. Na Educação Infantil, existem alguns desafios identificados que ainda precisam ser superados para agregar qualidade ao ensino e proporcionar uma aprendizagem significativa. Segundo análise de Maria Campos, Jodete Füllgraf e Verena Wiggers:

a) Falharam os esforços promovidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) na orientação do trabalho das redes e instituições em relação a instalações, materiais, pessoal, cuidados com a saúde, proporção adulto/criança de acordo, currículo e gestão das unidades, a fiscalização e supervisão das creches e pré-escolas. b) Omissão dos governos estaduais em relação a suas responsabilidades quanto à Educação Infantil, tanto na função de apoio aos municípios mais pobres, como em seu papel legal específico na formação de professores de creche em nível médio e superior e na supervisão. c) A situação das creches é pior do que a situação das pré-escolas; creches comunitárias (voltadas para os segmentos mais pobres da população). d) Não se completou o processo de transição das creches para os sistemas educacionais, representando um desafio para os setores públicos responsáveis. e) A insuficiência do financiamento da Educação Infantil não supre os custos desses serviços (educação). f) Currículos dos cursos de formação (nível médio e superior) destinam pouco espaço para conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil na faixa de 0 a 6 anos de idade e os estágios geralmente não cobrem a prática do trabalho em creches. g) A programação de atividades com as crianças é pouco diversificada, rígida e presa a rotinas empobrecidas, além disso, os documentos oficiais sobre currículo são pouco divulgados e suas orientações são quase sempre ignoradas. h) Insuficiência na integração entre a pré-escola e a 1ª série do Ensino Fundamental, colocando em risco o aproveitamento das crianças nessa importante etapa de sua escolaridade.<sup>45</sup>

Para a formação inicial na Educação Infantil, ainda não há nenhuma proposta no âmbito da política educacional brasileira, mas, há diretrizes que devem ser seguidas. Os/as professores/as da primeira infância recorrem à sua experiência, criatividade para buscar alternativas que auxiliam levar o conhecimento a essas crianças e construir sua formação social. Outro ponto a ser destacado e que evidencia essa necessidade diz respeito à religiosidade de expressivo significado e diferenciadas representações nessa etapa escolar.

Essa é a próxima discussão abordada como eixo central na questão do Ensino Religioso e do proselitismo na prática docente infantil, com a proposta de destacar como a literatura

<sup>45</sup> CAMPOS, Maria M; FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. *Revista Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, 2006. p. 113.

educacional trata essa questão, haja vista que a denominação do/a professor/a seja regente do Ensino Religioso ou da Educação Infantil não deixa que aspectos de sua denominação apareça na sua prática pedagógica.

### 1.3 Ensino Religioso na Educação Infantil na Serra-ES

O objetivo desta abordagem é pesquisar as concepções teóricas para compreender a efetividade ou não de proselitismo a partir da diversidade religiosa na Educação Infantil. Embora a proposta desta dissertação não seja enfatizar o Ensino Religioso em sala de aula na Educação Infantil, e sim as manifestações dos/as alunos/as na escola, é preciso destacar o que demanda o currículo da educação na Serra-ES quanto ao ensino desse Componente Curricular, pois a questão do proselitismo tem associação direta.

Com o fim da Idade Média, iniciou-se um período histórico denominado Modernidade. Esse período influenciou grandemente a visão das pessoas em relação à organização social em várias esferas, dentre elas, a religiosa. Como o Estado passou a ser laico e a religiosidade um assunto privado, surgiram no Brasil várias religiões.

A diversidade religiosa no país e as características de cada religião tornam a discussão dessa temática no âmbito escolar uma questão complexa, quando não é abordada como mera troca de ideias entre os/as professores/as e, quem sabe, por toda a equipe pedagógica. Essa realidade se constata, por exemplo, na política educacional do município da Serra-ES, quando se observa que as resoluções determinadas pelo Conselho Municipal de Educação (CMES). Todo/a professor/a se depara com problemas quando a questão envolve o Ensino Religioso e as manifestações de religiosidade em sala de aula, haja vista ser vetado qualquer prática de proselitismo, ou seja, nenhuma denominação deve doutrinar os/as alunos/as, mas é preciso ter imparcialidade, se isto é possível. Na Serra, o Ensino Religioso é regulamentado pela Resolução 149/2009 do CMES e pelas Orientações Curriculares.<sup>46</sup>

Os objetivos desses mecanismos legais regulamentadores estão descritos no quadro a seguir, a proposta é mostrar o que cada um estabelece, onde se aplica os Componentes Curriculares, onde estão inseridas, se há ou não reprovação do/a aluno/a, o que o/a professor/a deve explorar em sala de aula. Mas, essas determinações não se aplicam às turmas de Educação Infantil.

---

<sup>46</sup> SERRA (Cidade). Conselho Municipal de Educação. *Resolução CMES nº 149/2009a*. [Regulamenta a oferta do Ensino Religioso nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino da Serra]. Serra: Prefeitura Municipal. [online]. [n.p.].



Quadro 1. Regulamentação do Ensino Religioso na Serra-ES<sup>47</sup>

Resolução 147/09	Alunos do ensino fundamental cursarão a disciplina com autorização dos responsáveis, caso os representantes legais não optem pela disciplina, a escola e a Secretaria de Estado da Educação (SEDU) deverão garantir outros conteúdos/atividades, os quais deverão estar contempladas no Projeto Político Pedagógico (PPP). O rendimento não será considerado para fins de aprovação ou retenção. A Sedu deverá designar um profissional para a capacitação dos professores.
Orientações Curriculares do Município de Serra (2009)	Nas aulas de ensino religioso, o professor deve explorar a diversidade religiosa existente na sala de aula, na escola, no bairro, na cidade, no estado, no país e no mundo, relacionando assim o conhecimento ensinado aos contextos sociais e, desta maneira contribuir de forma positiva para o diálogo intercultural e o respeito entre as pessoas de diversos credos religiosos.

Essas determinações não contribuem efetivamente com a práticas pedagógicas do/a professor/a da Educação Infantil, em que não se aplica o Ensino Religioso, porque as crianças expressam de diversas formas algum aspecto da religiosidade e crenças de suas famílias. Um ponto importante destacado nessas regulamentações diz respeito ao diálogo intercultural que considera a sociedade uma mistura de raças, crenças, culturas que formam o todo no qual o ser humano está inserido com seus mais diversos tipos de comportamentos social, individual e coletivo. Social ou educacional, a interculturalidade é um processo dinâmico e permanente, que envolve elementos fundamentais na busca de um novo sentido entre eles, processo constituído de “relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade, construindo conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes”<sup>48</sup>.

A interculturalidade envolve também as religiões, cuja diversidade é muito presente no espaço escolar. A classificação das religiões parte da localização geográfica: de montanha, planície e de florestas; época histórica: primitivas, antigas ou modernas; fator cultural: afro, indígena, oriental; organização social: urbanas e rurais; ideologia: conservadoras, tradicionais, revolucionárias. Os critérios religiosos são o monoteísmo, politeísmo, panteísmo; bens religiosos: religião de salvação, de libertação, de servidão, de integração; visão de mundo: religiões dualistas, naturalistas, monistas, maniqueístas; organização cultural: religiões

<sup>47</sup> Adaptado de: SERRA, 2009, [n.p.].

<sup>48</sup> CANDAU, Vera M. *Interculturalidade e educação escolar: reinventar a escola*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 58.

sacrificiais, sacerdotais, carismáticas; organização: religiões hierárquicas, conciliaristas, episcopais.<sup>49</sup>

Ao considerar essas colocações, é importante destacar algumas leis promulgadas pela Prefeitura Municipal da Serra-ES acerca do Ensino Religioso nas instituições escolares da municipalidade. Basta observar o enunciado de cada uma dessas leis. A Lei 2.878/2005 determina a instituição do Programa Minha Primeira Bíblia, com a entrega de um exemplar para os/as alunos/as, incluindo os/as de turma da alfabetização;<sup>50</sup> e a Lei 4.188/2014 reconhece a música gospel e eventos a ela relacionados como manifestação cultural, é vetado aqueles programados por denominações religiosas – igrejas.<sup>51</sup>

O Ensino Religioso visa auxiliar na definição de critérios e referenciais de autenticidade religiosa para que as pessoas possam discernir dentre as múltiplas exteriorizações religiosas-cultural o que há de verdadeiro e legítimo. Porém, ainda paira a dúvida quanto a importância da oferta desse Componente Curricular nas escolas e, em função disso, em 2018, por uma circular interna, CI n. 011/2018, a SMES solicitou à direção das escolas que fosse realizada uma consulta pública junto à comunidade escolar sobre a inclusão ou exclusão desse Componente Curricular na matriz curricular da escola para o ano de 2019. E, no bojo do documento, vieram os seguintes esclarecimentos:

A BNCC define no art. 14º que o ensino fundamental deve ser organizado em áreas de conhecimento e no Inciso 4º define que o ensino religioso, como previsto na LDB/96 deve ser oferecido nas instituições de ensino e redes de ensino públicas, de matrícula facultativa aos alunos do ensino fundamental, conforme regulamentação e definição do sistemas de ensino.<sup>52</sup>

Quanto a essa questão em nível de municipalidade, a CI n. 011/2018 esclareceu que o Ensino Religioso é regulamentado pela Resolução 147/2009. Na escola, um mesmo espaço reúne diferentes denominações religiosas, da flexível à mais rigorosa, e, em relação a sua doutrina e ideais de fé e por um ambiente de aquisição e apropriação do conhecimento, acredita-se em sua capacidade de organizar, conduzir e desenvolver essas diferenças de modo a influenciar, positivamente, na formação do/a aluno/a.<sup>53</sup>

<sup>49</sup> PASSOS, João D. *Como a religião se organiza: tipos e processos*. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 45.

<sup>50</sup> SERRA (Cidade). Câmara Municipal. *Lei nº 2878, de 07 de dezembro de 2005*. [Autoriza o poder executivo a instituir o Programa Minha Primeira Bíblia nas escolas públicas municipais da Serra]. Serra: Prefeitura Municipal. [online]. [n.p.].

<sup>51</sup> SERRA (Cidade). Câmara Municipal. *Lei nº 4.188, de 03 de abril de 2014*. [Reconhece a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural]. Serra: Prefeitura Municipal. [online]. [n.p.].

<sup>52</sup> SERRA (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. *Circular interna nº C.1011/2018*. [Consulta pública sobre a inclusão ou exclusão do Ensino Religioso na matriz curricular das escolas públicas municipais para o ano de 2019]. Serra: Prefeitura Municipal. [online]. [n.p.].

<sup>53</sup> SERRA (Cidade). Conselho Municipal de Educação. *Resolução CMES nº 147/2009b*. [Regulamenta a oferta do

Introduzir o Ensino Religioso nas salas de aulas implica em refletir e integrar o fenômeno religioso como saber fundamental para a formação integral do/a aluno/a. Mas, para que isso aconteça, é necessário superar um desafio: o preconceito religioso, respeitando a diversidade cultural e religiosa. A “relação entre educação e religião pode se estabelecer a partir da articulação desses dois conceitos e pode se desenvolver a partir de algumas metodologias alternativas”<sup>54</sup>.

Como recurso pedagógico, o Ensino Religioso deve promover a construção de uma participação, incentivar a compreensão dos dissensos, dos conflitos e abrir para o mundo o compromisso concreto com os contextos educativos. A proposta do Ensino Religioso é assegurar a formação de valores ao/à cidadão/ã, devendo, portanto, ser concebido como atividade cientificamente neutra e ser interpretado como área de conhecimento, caracterizando, assim, a intencionalidade educativa. O Conselho Nacional de Educação, através da Resolução 02/98, estabeleceu que o Ensino Religioso, enquanto Componente Curricular, “seja integrado na área do conhecimento, define os norteadores e estruturas de leitura e interpretação da realidade para garantir a participação autônoma do cidadão na construção de seus referenciais religiosos”<sup>55</sup>. É importante enfatizar que os textos sagrados e as tradições orais aprofundam o significado da palavra sagrada no tempo e no espaço, com destaque para a autoridade do discurso religioso.

Ao considerar que a Educação Infantil não se organiza por Componentes Curriculares, logo, não possui o Ensino Religioso, e sim as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. A organização curricular da Educação Infantil, na BNCC, está estruturada em cinco campos de experiências, sendo o campo de experiência o eu, o outro e o nós, o campo fértil para a observação dos/as professores/as de manifestações religiosas por parte dos/as alunos/as.

Esse campo de experiência trata da interação das crianças com os pares e adultos, o que gera nelas a constituição de um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme elas vivem suas primeiras experiências sociais, seja na família, na instituição escolar, na

---

Ensino Religioso nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino da Serra]. Serra: Prefeitura Municipal. [online]. [n.p.].

<sup>54</sup> RUEDELL, Pedro. *Educação religiosa: fundamentação antropológico-cultural da religião segundo Paul Tillich*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 118.

<sup>55</sup> CASSEB, Samir A. Ensino Religioso: legislação e seus desdobramentos nas salas de aula do Brasil. In: FÓRUM MUNDIAL DE TEOLOGIA E LIBERTAÇÃO (FMTL), III, 2009, Belém. *Anais...* Belém: FMTL, 2009. p. 291-298. [pdf].

coletividade e nas comunidades de fé, elas constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se, e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Por sua vez, na Educação Infantil, a primeira etapa da Educação Básica, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais e, assim, vivenciem experiências que lhes ampliem o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizando sua identidade, respeitando os outros e reconhecendo as diferenças que nos constituem como seres humanos.

#### 1.4 Manifestações de religiosidade na Educação Infantil

Por meios oral, escrito ou gestual, os símbolos de denominações religiosas são elementos que podem indicar a presença de religiosidade em sala de aula na Educação Infantil, e o/a professor/a que observa essas expressões em seus/suas alunos/as não pode desenvolver ações proselitistas para levar o conhecimento de sua doutrina religiosa, no intuito de praticar a conversão. A alteração proposta na Lei nº 9475/97 proíbe, explicitamente, a prática de proselitismo religioso e almeja distanciar-lo do Ensino Religioso. Contudo, sua presença é notável em inúmeras instituições de ensino e etapas educacionais, e essa é uma questão que encontra justificativa na falta de formação do/a professor/a, na promoção de debates com mais profundidade e seriedade e na relação direta com a história e com a trajetória da prática educacional no Brasil.<sup>56</sup>

O/a professor/a é um mediador na construção do conhecimento e, por isso, tende a assumir novos papéis e responsabilidades no exercício de sua profissão, que se revelam diante do processo de construção do conhecimento de seus/suas alunos/as, configurando, assim, o saber, orientando e proporcionando uma educação que considere, em primeiro plano, a tolerância religiosa em sala de aula. É importante que, em sua prática, o/a professor/a, ao tratar de uma questão tão complexa e delicada como a diversidade religiosa, conscientize os/as alunos/as sobre fatos recorrentes na atualidade, isto é, a “intolerância religiosa constitui a nova modalidade do racismo, muitos daqueles que enfrentaram por décadas as discriminações raciais agora são perseguidas por causa de suas crenças”<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> SILVA, Dirceu R. Oportunidade ao proselitismo: o ensino religioso e as leis educacionais no Brasil. *Revista Unitas*, Vitória, v. 8, n. 1, p. 183-202, 2020. p. 189.

<sup>57</sup> SALAROLI, Tatiane P; SIMÕES, Anélia S. M. Educar para a tolerância religiosa nas escolas públicas. *Revista Unitas*, Vitória, v. 5, n. 2, p. 350-368, 2017. p. 360.

O processo de ensinar a criança não ser intolerante em relação às outras manifestações de religiosidade em sala de aula é o início da prática do discurso de não proselitismo frente as possíveis expressões expostas. Resta saber até que ponto essa efetividade é possível. Religião e religiosidade são partes da cultura de uma sociedade, logo, as práticas pedagógicas estão relacionadas aos processos históricos, culturais e políticos e são pertinentes às principais informações que influenciam o Ensino Religioso nas escolas brasileiras.<sup>58</sup>

Todas essas questões denotam que, no exercício da prática pedagógica em Educação Infantil, deve-se considerar a diversidade cultural e religiosa das crianças. Há a necessidade de reinventar a infância reconhecendo-a como uma etapa importante do desenvolvimento infantil, quando ocorre a expressão e a manifestação de um futuro melhor. É preciso considerar que as crianças são cheias de curiosidade e criatividade, sem espaços vazios em suas mentes na espera de serem preenchidos por fatos, imagens ou datas e “com o currículo flexível emerge das ideias, pensamentos e observações das crianças, com objetivo de cultivar uma paixão permanente pela aprendizagem e pela exploração”<sup>59</sup>.

É preciso frisar que esse contexto está relacionado às manifestações de religiosidade em sala de aula na Educação Infantil, e que o/a professor/a não ministra aula de Ensino Religioso. Uma proposta educacional que considera a religião uma parte integrante da formação das pessoas, mas que impede o proselitismo em sala de aula, “espaço no qual as crianças demonstram sinais de sua religiosidade, torna evidente que a escola pública brasileira com toda diversidade religiosa presente não constitui o lugar apropriado para tratar as questões da religião de forma religiosa”<sup>60</sup>.

Independente da denominação religiosa, o calendário escolar é marcado por comemorações que lembram a religião, tais como: a Páscoa – coelhinho, ovos; o Natal – papai Noel, brinquedos; a Semana Santa – ressurreição de Cristo; as festas juninas – santos e santas católicos, que podem levar os/as alunos/as a querer saber e conhecer seus significados. É tanta diversidade que pode, inclusive, despertar conflitos na criança em relação à crença dos pais, da família, ainda que em sala de aula o/a professor/a se mantem neutro em relação a essas questões. Nessa perspectiva, é necessário pensar em como trabalhar e/ou está sendo trabalhado esse tema no cotidiano da sala de aula, haja vista que o/a professor/a da primeira infância não possui orientação e nem formação específica nesses Componentes Curriculares: religião e Educação

---

<sup>58</sup> SILVA, 2020, p. 9.

<sup>59</sup> EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. *As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2016. p. 38.

<sup>60</sup> CAVALCANTI, Alberes C. Currículo e diversidade cultural: uma abordagem a partir do ensino religioso nas escolas públicas. *Revista Fundamento*, Ouro Preto, v. 1, n. 3, p. 172-186, 2011. p. 179.

Infantil. É preciso considerar que a BNCC, para a Educação Infantil, determina seis direitos que integram a aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.<sup>61</sup>

Além desses seis direitos da aprendizagem infantil, são características da educação produzir crenças, ideias, símbolos, valores e princípios que, em conjunto, constroem modelos de sociedade. Toda a estrutura da sociedade está fundamentada sobre os códigos sociais de inter-relação entre os seus membros, entre eles e com outras sociedades. Nesse contexto, acrescentando as questões que levam à manifestação de religiosidade em sala de aula, nas turmas da Educação Infantil, por ser competência do/a professor/a coordenar o processo educativo, deve-se criar com os/as alunos/as espaços pedagógicos interessantes e motivadores. Presente em toda parte, “o proselitismo pedagógico pode ser observado nos objetos, mobiliário e nos objetos didáticos distribuídos segundo as normas tradicionais de circulação e uso dos espaços-tempos escolares”<sup>62</sup>.

A partir dessa perspectiva, considera-se que o Ensino Religioso não confessional tem como base o estudo das manifestações religiosas. Essa proposta se enquadra na Educação Infantil e nas instituições que não praticam o Componente Curricular de Ensino Religioso, que, também, tem como base a alteração proposta pela Lei 9475/97, que veta qualquer tipo de proselitismo, caracterizando o Ensino Religioso como área de conhecimento voltada para o desenvolvimento dos/as aluno/as, considerando a laicidade do Estado. Dessa forma, disponibilizam-se conteúdos que tratam da diversidade religiosa como um mecanismo de promoção e exercício da liberdade de concepções e construção da autonomia e da cidadania.<sup>63</sup>

Ainda que a BNCC tenha classificado o Ensino Religioso como uma área de conhecimento e Componente Curricular, na Serra-ES, nas turmas de Educação Infantil, deve-se respeitar a laicidade do Estado, ou seja, é preciso manter a neutralidade ainda que no espaço escolar possam ser percebidas manifestações de religiosidade. Os objetivos da BNCC para o Ensino Religioso são os seguintes:

- a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos;
- b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos Direitos Humanos;
- c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;
- d) Contribuir para que os

<sup>61</sup> GAIGHER, Elorania. K. A. Educação infantil e religiosidade: uma reflexão sobre a formação e prática pedagógica do professor *Revista In Totum*, Vitória, v. 4, n. 2, p. 59-61, 2017. p. 60.

<sup>62</sup> PIMENTEL, Álamo. Proselitismo pedagógico e conversão ideológica na reforma do ensino médio. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1288-1311, 2019. p. 1299.

<sup>63</sup> CECCHETTI, Elcio; SIMONI, Josiane C. *Ensino religioso não confessional: múltiplos olhares*. São Leopoldo: Oikos, 2019. *E-book*. p. 44.

educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania.<sup>64</sup>

A proposta de evitar o proselitismo pedagógico visa o respeito pela diversidade cultural religiosa e, sobretudo, impedir que ocorra a doutrinação de alunos/as em sala de aula. O diálogo aberto e sistemático é o caminho de representação do Ensino Religioso e a efetividade do não proselitismo em sala de aula, respeitando a individualidade e a consciência do/a cidadão/ã. Inúmeras famílias repassam a seus filhos e filhas o descontentamento em escolher e seguir a religião que acredita ser correta, podendo iniciar um processo de intolerância às manifestações religiosas no ambiente escolar. Nessa perspectiva, o/a professor/a de Educação Infantil frente às questões de religiosidade em sala de aula ou no espaço escolar, em geral, tem uma responsabilidade maior em não transgredir a neutralidade e não praticar o proselitismo e, ao mesmo tempo, promover entre os/as alunos/as o respeito à diversidade religiosa.<sup>65</sup>

Sem uma formação inicial em Educação Infantil, o/a professor/as que atua nessa área deve ser beneficiado com a educação continuada para aprimorar e obter novos conhecimentos que contribuam com sua prática docente. A formação continuada de professores/as passou a ser uma necessidade evidente nos anos de 1970, porque a pressão popular, decorrente da política econômica, impulsionara o investimento em educação e elevava a demanda por profissionais. Nesse contexto, uma das marcas da formação docente foi o impacto do acelerado crescimento da esfera pública e privada.<sup>66</sup>

Avançar é preciso, educar é uma necessidade, mas, como a Educação Infantil pode avançar se o/a professor/a tem como base sua formação em Pedagogia, ou em cursos de pós-graduação à distância ou um curso intensivo? A década de 1970 foi uma época em que a formação continuada “prevaleceu ao modelo individual de formação onde cada um buscava para si a vida formativa, primando pela formação inicial, que podia ser boa ou ruim, a ideia de formação continuada era forme-se onde puder e como puder”<sup>67</sup>.

É a didática e a prática pedagógica que compõem o modelo de passagem do conhecimento, recorrendo a diversificados métodos que auxiliam e facilitam o aprendizado. Sua utilidade é imensa, pois, sem elas, os meios escolhidos para transmissão do conhecimento e conteúdos escolares podem não ser os melhores para o que se ensina e se aprende em uma escola na sociedade contemporânea.

---

<sup>64</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 436.

<sup>65</sup> GAIGHER, 2017, p. 59.

<sup>66</sup> GATTI, Bernardete A.; BARRETO, Elba S. S. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009. p. 50.

<sup>67</sup> IMBERNÓN, 2010, p. 46.

O próximo capítulo apresenta uma análise das questões teóricas acerca do proselitismo na prática pedagógica e o ensino dos/as alunos/as acerca do respeito e tolerância quanto à diversidade religiosa.





## 2 PROSELITISMO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PROFESSORES/AS ENSINAM AOS/ÀS ALUNOS/AS RESPEITO E TOLERÂNCIA À DIVERSIDADE RELIGIOSA

Proselitismo, diversidade e tolerância religiosa: como o/a professor/a infantil, sem formação inicial, sem acesso às determinações do Ensino Religioso e sem formação continuada, pode trabalhar essa questão? São muitas as dificuldades que um/a professor/a pode enfrentar em seu cotidiano e prática docente, sem dispor de formação adequada. Isso interfere diretamente na aprendizagem do/a aluno/a, pois causa defasagem na aquisição do conhecimento. Entre os desafios da docência infantil está incluída a discussão acerca do Ensino Religioso, que não integra os conteúdos dessa etapa escolar.

Proselitismo tem origem no grego *proselutos* – *προσήλυτος* –, ou seja, recém-chegado. No entanto, no prisma da religiosidade e em conformidade com a denominação religiosa, o termo tem significados diversos. Na compreensão dos judeus, identificava alguém saído do paganismo que entrara no judaísmo, caracterizando a sua origem religiosa. Conceitualmente, o proselitismo religioso faz referência à ação de buscar pessoas para seguir uma determinada religião e, normalmente, é uma atividade praticada por crentes cujo objetivo é evangelizar a partir de sua doutrina.<sup>68</sup>

A compreensão dos discursos de professores/as da Educação Infantil acerca da diversidade religiosa é uma necessidade cada vez mais evidente, haja vista que, na maioria das instituições que exploram o Componente Curricular de Ensino Religioso, a prática pedagógica acaba sendo proselitista, com predominância e privilégios das religiões católica e evangélica, ou seja, cristãs. Nessa perspectiva, as demais “religiões, como as de matriz afro-brasileiras são desrespeitadas e no dia a dia em sala de aula, vivencia-se o preconceito e a discriminação que são fatores que geram intolerância entre docentes e estudantes”<sup>69</sup>.

Uma observação mais atenta mostra traços discriminatórios em relação às religiões de matriz africana, às quais são atribuídas uma série de malefícios que atingem o ser humano. As gerações nascidas no Brasil não mais haviam experimentado esta totalidade africana e, para elas, as partes restantes formavam, de alguma maneira, uma totalidade. Essas gerações, para as quais a cultura africana era em parte desconhecida e estranha, iniciaram um processo de interpretação própria, desencadeando, assim, o processo de adaptações. Os “ritos africanos

<sup>68</sup> TAVARES, André R. O direito fundamental ao discurso religioso: divulgação da fé, proselitismo e evangelização. In: CJLP [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

<sup>69</sup> PENTEADO, Luiz G. M. *Entre dizeres, saberes e fazeres: os espaços vivenciados pelo Ensino Religioso no currículo da escola pública em Recife no período de 1996 a 2014*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. p. 129.

foram interpretados de forma diferente, mitos foram apresentados de outra maneira. E, assim, as religiões africanas no Brasil transformaram-se em religiões afro-brasileira”<sup>70</sup>.

O Ensino Religioso, a partir da alteração do art. 33 da LDB, proposta pela Lei 9475/97, passou a ser parte integrante da formação do/a cidadão/ã, sendo oferecido e ministrado nos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental. Isso eliminou o Ensino Religioso confessional e interconfessional nas escolas públicas, garantindo o respeito à diversidade cultural e religiosa no Brasil, bem como vedou quaisquer formas de proselitismo. Dessa forma, os sistemas regionais devem regulamentar os procedimentos para a definição dos conteúdos e das normas para habilitação e admissão dos/as professores/as.<sup>71</sup>

Mas, o proselitismo não é uma questão polêmica apenas na área educacional, ela está presente nas relações de trabalho, na comunicação de massa e em simples encontros de grupos de pessoas. Nessa perspectiva, para ilustrar como essa temática tem sido comum na esfera jurídica, Antonio Gonçalves apresenta seu posicionamento em relação ao conceito de proselitismo:

Meio encontrado pelas religiões dominantes ou minoria religiosa, para atrair novos fiéis a sua crença, usando uma gama de estratégias e formas de apresentação de sua crença, com o objetivo de convencer o indivíduo de que a sua religião não é a adequada e que se sentirá muito melhor física, moral, psicológica e espiritualmente se migrar e adotar a nova palavra.<sup>72</sup>

O autor observa que o objetivo do proselitismo é uma denominação religiosa atrair novos fiéis para que sua doutrina, crença e tradição sejam repassadas para outras gerações, além de evitar que grupos religiosos sejam passíveis de extinção. Manifestar exteriormente a ação e o pensamento religioso não é o mesmo que proselitismo, porque são várias as ações motivadoras, a não ser a simples conquista de novos adeptos, entre elas, os interesses intrinsecamente apologéticos: converter e convencer a mudança de religião. Nesse sentido, levando em consideração que as crianças, na Educação Infantil, manifestam aspectos de religiosidade da família, é compreensível que a BNCC defenda o desenvolvimento de projetos de formação de professores/as para a operacionalizar o Ensino Religioso com o objetivo de assegurar o “conhecimento da diversidade religiosa sem proselitismo”<sup>73</sup>.

<sup>70</sup> CAMPOS, Isabel S.; RUBERT, Rosane A. Religiões de matriz africana e a intolerância religiosa. *Revista Cadernos do Lapaarq*, Pelotas, v. XI, n. 22, p. 294-307, 2014. p. 12.

<sup>71</sup> BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997*. [Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

<sup>72</sup> GONÇALVES, Antonio B. Da intolerância religiosa aos direitos humanos. *Revista Último Andar*, São Paulo, n. 21, p. 89-121, 2013. p. 96.

<sup>73</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 436.

É nesse contexto que o processo de “institucionalização da formação dos professores é paralelo ao desenvolvimento de sistemas nacionais de educação e ensino”<sup>74</sup>. Na educação, o começo é a uma das trilhas a ser mantida ao longo da conquista da experiência profissional, pois amplia as possibilidades para renovar e qualificar a educação.

O trabalho de educar está fundamentado num processo de negociação constante em relação aos objetivos, às estratégias de ensino e à avaliação a serem definidos. A formação de professores/as é um fator nacional e sugere concentrar esforços, “principalmente no âmbito dos estudos acadêmicos, para resgatar a profissão do magistério, pois os problemas verificados são complexos e multifacetados do ponto de vista institucional e curricular”<sup>75</sup>.

Na maioria dos estudos, as críticas destacam o que deve ser tratado com mais profundidade: indissociabilidade entre teoria e prática; formação específica e formação pedagógica; falta de programas direcionados à formação continuada no trabalho; ausência de políticas interinstitucionais de valorização e profissionalização do/a professor/a; distanciamento da universidade em relação à escola básica.<sup>76</sup>

Nessa perspectiva, a formação continuada dos/as professores/as deve ser vista e considerada como um dos principais elementos e estratégia para a qualidade do ensino e da aprendizagem significativa. Os/as professores/as são peças fundamentais para as metas de educação estabelecidas pelos governos, que se comprometem a proporcionar uma educação de qualidade para todas as crianças. A escassez, cada vez maior, de professores/as qualificados/as constitui o principal obstáculo para a realização desses objetivos. A qualidade supõe um sistema educativo capaz de atrair e manter os/as professores/as motivados, eficazes e com boa formação. Supõe-se, pois, um sistema que dê apoio aos/às professores/as nas aulas e no seu contínuo desenvolvimento profissional.<sup>77</sup>

No processo de educar e formar cidadãos e cidadãs, um aspecto importante é que a qualidade da formação docente deve ter caráter formativo, para integrar as dimensões que os sujeitos podem “desenvolver, aperfeiçoar e contemplar possibilidades de desenvolvimento pessoal; novos conhecimentos; novas habilidades, atitudes e valores e enriquecimento da experiência”<sup>78</sup>. A formação continuada com temática centrada no Ensino Religioso

<sup>74</sup> GARCIA, Carlos M. *Formação de professores: para uma mudança educativa*. Porto: Porto, 2005. p. 72.

<sup>75</sup> FOREST, Nilza A.; WEISS, Silvio L. I. Cuidar e educar: perspectivas para a prática pedagógica na educação infantil. *Revista Leonardo Pós*, Santa Catarina, v. 1, n. 3, p. 41-45, 2003. p. 42.

<sup>75</sup> FOREST; WEISS, 2005, p. 43.

<sup>76</sup> FOREST; WEISS, 2005, p. 43.

<sup>77</sup> FACCI, Marilda G. D. *Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 50.

<sup>78</sup> ZABALZA, Miguel. *O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p.

proporcionará aos/às professores/as da Educação Infantil acesso ao conhecimento, à escola e às nuances da religiosidade trazidas pelos/as alunos/as em sala de aula. Para o ano de 2021, a Gerência de Formação Continuada (GFC), da Prefeitura Municipal da Serra, criou um cronograma de formação para professores/as que ministram o Ensino Religioso, com datas programadas para os meses de fevereiro, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro e novembro,<sup>79</sup> cujas temáticas podem ser observadas no quadro abaixo:

Quadro 2. Temas no curso de formação para o Ensino Religioso em Serra-ES<sup>80</sup>

Gerência de Formação Continuada – Ensino Religioso
Diálogos sobre movimentos curriculares e formativos para 2021
- O componente curricular de Ensino Religioso e o conceito das Ciências das Religiões - Documentos e legislações vigentes - O percurso histórico do componente curricular de Ensino Religioso no Brasil e o contexto da BNCC.
Módulo assíncrono na plataforma - EducaSerra: O Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular
Ensino Religioso no Ensino Híbrido durante o período de pandemia: relatos de experiências.
O perfil do professor de Ensino Religioso na escola pública brasileira
A importância da escuta e do afeto nos processos de ensino e aprendizagem no ensino híbrido.
Ensino Religioso: mística e amor permeando as relações.

Os/as professores/as não têm somente que delimitar que um conteúdo aprendido e que será lembrado meses depois, mas ajudarão resolver novos problemas e enfrentar situações diferentes daquelas encontradas em sala de aula. O trabalho docente “possui uma totalidade, pois é um trabalho inteiro ainda que possa ser decomposto metodologicamente. O ato de ensinar só se realiza na totalidade”<sup>81</sup>.

A instituição de ensino deve estar atenta à formação didática do seu corpo docente, pois é necessária uma capacitação constante. Ela não pode ficar esperando que todos busquem os meios para se atualizar, pois, muitas vezes, os/as professores/as julgam não ser importante tal atualização. Sem a formação necessária para trabalhar a interculturalidade e a diversidade cultural no âmbito da Educação Infantil, um segmento escolar que não tem formação inicial e falta formação continuada, os/as professores/as ficam desabilitados para preparar os/as alunos/as e sua capacidade de compreender as diferenças sociais e religiosas. Essa é a

41.

<sup>79</sup> PMV. *Gerência de Formação Continuada 2021*. [s.d.]. [online]. [n.p.].

<sup>80</sup> Adaptado de: PMV, [s.d.], [n.p.].

<sup>81</sup> BRZEZINSKI, Iria. *Profissão professor: identidade e profissionalização docente*. Brasília: Plano, 2002. p. 138.

abordagem que será realizada na próxima seção, no intuito de discorrer sobre essas questões que são fundamentais para a construção de uma prática docente de qualidade e eficiente.

## 2.1 Conhecimento, acesso à escola e religiosidade

O conhecimento é algo nato do ser humano, mas ele é oficializado e desenvolvido a partir do momento em que a pessoa tem acesso a uma instituição de ensino. Isso não significa que o saber anterior, aquele desenvolvido fora das fronteiras institucionais, deva ser negligenciado pelos/as professores/as. Ao ter acesso à escola, a criança já possui experiências de aprendizagens que, muitas vezes, são ignoradas pelos/as professores/as. Psicologicamente, essas experiências e aprendizagens influenciam a criança, considerando que na relação escola-família, a educação dos “filhos tem um caráter de maior permissividade junto aos pais, as mudanças ocorridas na estrutura familiar, permitindo maior liberdade aos filhos e esquecem que eles necessitam de apoio e educação”<sup>82</sup>.

A inserção da criança no universo da escola implica que ela vai ampliar sua esfera de relação, conhecer e ter contato com outras crianças e, principalmente, compartilhar experiências e estabelecer relações com pessoas que são de fora da sua família. As experiências e aprendizagens realizadas pela criança podem ser classificadas como complexas, porque nelas estão envolvidas pessoas e ocorrem situações com as mais diferentes reações. Alguns estudos demonstram que os benefícios dessa relação aprendizagem e experiência das crianças são “percebidos nas famílias das classes média e alta, explicando o menor envolvimento das famílias das classes mais desfavorecidas pelo seu distanciamento da cultura escolar”<sup>83</sup>. Quando passa a ter acesso à escola, as experiências de aprendizagem precedentes das crianças não podem ser ignoradas pelos/as professores/as, porque, mesmo não reconhecendo os símbolos do alfabeto, elas já fazem uma leitura do seu entorno, estabelecendo relações entre significante e significado. Para Nadal:

A sala de aula como um espaço de comunicação onde o processo de ensino se materializa em situações didáticas. São estas atividades, especialmente planejadas, preparadas e orientadas para levar os alunos aos objetivos de ensino que permitem a interação entre o professor e o aluno, o professor e a classe, um aluno e o colega, os alunos entre si e entre todos eles e o conhecimento.<sup>84</sup>

<sup>82</sup> PRESTES, Irene C. P. *Psicologia da educação*. Curitiba: IESDE, 2005. p. 35.

<sup>83</sup> SILVA, Pedro. *Escola-família, uma relação armadilhada: interculturalidade e relações de poder*. Porto: Afrontamento, 2003. p. 57.

<sup>84</sup> NADAL, B. G. *Possibilidades para a formação de professores prático-reflexivos através de iniciativas de formação contínua: espaços de intersecção*. Ponta Grossa: UEPG, 2005. p. 24.

O/a professor/a em sua trajetória, involuntariamente ou não, internaliza conceitos e atitudes advindas das relações sociais, políticas e culturais existentes no ambiente escolar, que refletem em sua prática profissional. Na inserção da criança no ambiente escolar, o propósito é buscar suas características a partir da observação de fatores relevantes para o avanço da aprendizagem e seus reflexos positivos nas demandas criativas e nas relações entre si. Nesse contexto, outro ponto a ser considerado no exercício da docência para o público infantil é a diversidade cultural das crianças, entendida como “construção histórica, cultural e social das diferenças que ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu”<sup>85</sup>.

É importante frisar que a religiosidade é uma questão cultural e que a identidade cultural é constituída pela história e patrimônio, cor e raça, língua, vestuário, música e dança, festas, tempos livres, gastronomia, habitação, usos e costumes, religião e crença, etc. O espaço escolar é o ambiente no qual a diversidade é perceptível sem as limitações sociais, mesmo que falte estrutura curricular que a propicie de forma mais abrangente e ampla. Não há disponibilidade de professores/as com formação para atuar, ativa e eficazmente, na prática dessa proposta. Segundo Fátima Freitas, uma das condições para que exista a “sociedade multicultural é integração de elementos essenciais - democracia política, identidade e liberdade do indivíduo com a libertação cultural - mercado e tradição, sem considerar os aspectos herdados da modernidade”<sup>86</sup>.

Deve-se ponderar que diante da diversidade religiosa no ambiente escolar, com diferentes casos de manifestações religiosas, o/a professor/a precisa adotar uma prática docente essencialmente isenta de proselitismo, ou seja, sem repassar nas entrelinhas pontos de sua doutrina ou denominação religiosa. É preciso ter atenção em relação às duas questões determinadas no art. 33 da LDB, alterado pela Lei 9475/97, que caracteriza o Ensino Religioso de matrícula facultativa, um Componente Curricular dos horários normais da escola fundamental, vedando quaisquer formas de doutrinação ou proselitismo, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa no Brasil. Observe: “os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores; [...] os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações”<sup>87</sup>.

A convivência escolar promove experiências de vida, possibilita a aquisição do conhecimento e oferece oportunidades e condições de a criança desenvolver melhor a percepção

<sup>85</sup> GOMES, Ana Maria R. *Aprender a cultura*. Belo Horizonte: Mazza, 2007. p. 29.

<sup>86</sup> FREITAS, Fátima S. *A diversidade cultural como prática na educação*. Curitiba: IBPEX, 2011. p. 25.

<sup>87</sup> BRASIL, 1997, [n.p.].

humana sobre a injustiça, o preconceito, a discriminação em variadas vertentes, inclusive a diversidade cultural e religiosa. A diversidade religiosa, mundialmente, é uma característica social e não há unanimidade quando a questão envolve a teologia e crenças. O século XX é o ambiente da teologia contemporânea, cujo compromisso é com a pluralidade de caminhos e de reflexões relacionadas ao mundo, Deus e o ser humano. Preservar a diversidade cultural é um processo que parte da criação de um espaço democrático que possibilita o “encontro e a convivência entre as diferentes culturas, mas para ser efetivo e eficaz é fundamental que os conteúdos culturais, as estratégias de ensino e a avaliação mereçam maior atenção”<sup>88</sup>.

Uma percepção importante é que a escola tem perdido seu caráter hegemônico na transmissão do conhecimento e busca respostas, reposicionando-se enquanto agente social. A escola tem a função de intervir e repassar valores que são indispensáveis para a formação das pessoas, tanto para o convívio social quanto para enfrentar as exigências atuais da sociedade da informação, na qual o conhecimento se torna mais obrigatório. Logo, sua preocupação deve ser “gerar experiências de aprendizagem, criatividade para construir conhecimento e habilidade para saber “acessar” fontes de informação sobre os mais variados assuntos”<sup>89</sup>.

A convivência escolar também promove as condições para desenvolver melhor a percepção humana sobre as injustiças, o preconceito e a discriminação social, que podem recair sobre as pessoas. No prisma da Antropologia, o enfoque é direcionado a todas as sociedades. Essa convivência ganha importância no âmbito da diversidade cultural, porque seu “objeto de estudo é o homem e suas dimensões biológicas, sociais e culturais, origem, agrupamentos, relações sociais, desenvolvimento social, cultural e físico e sua produção cultural”<sup>90</sup>. A sociedade se compõe de uma mistura de raças, crenças e culturas que formam o todo no qual o ser humano está inserido com seus mais diversos tipos de comportamentos social, individual e coletivo.

A escola não é um local como outro qualquer, antes, ela é uma instituição que tem como objetivo possibilitar aos/às alunos/as a aquisição do conhecimento formal e o desenvolvimento dos processos do pensamento. É o local onde a criança aprende a forma de se relacionar com o próprio conhecimento. Para uma pessoa adquirir conhecimento, não é necessário frequentar uma escola, mas a escola deve se tornar um local no qual as pessoas tenham possibilidades de

---

<sup>88</sup> MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Brasília: UNESCO, 2003. p. 3.

<sup>89</sup> ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 32.

<sup>90</sup> LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010. p. 15.

ampliar a visão a respeito das informações que tem acesso, despertar sua criticidade, capacidade de respeitar o outro, opiniões, ideias, a cultura, ou seja, a diversidade.<sup>91</sup>

Discutida essa questão, é importante abordar os principais aspectos da diversidade religiosa para destacar os aspectos fundamentais da prática pedagógica na Educação Infantil e os meandros do proselitismo.

## 2.2 Diversidade religiosa

Para melhor entendimento da diversidade religiosa no campo da Educação Infantil no município da Serra-ES, é preciso destacar alguns aspectos do Ensino Religioso, ainda que sua matrícula seja facultativa na unidade de ensino. As nuances religiosas no ensino brasileiro têm sido representadas desde a colonização, quando o processo educativo, no comando dos padres jesuítas, tinha como elementos básicos em seus pilares a escola, a sociedade, a educação, a política e a economia. Nas palavras de Antonio Costa, “a colonização tinha como propósito eliminar e/ou transformar a cultura nacional catequisando o povo indígena para impor a cultura, tradição e hábitos europeus”<sup>92</sup>.

Da fase de colonização até os dias atuais, a política educacional brasileira passou por inúmeras transformações, principalmente em relação ao Ensino Religioso. O documento mais recente que trata da questão curricular, a BNCC, defende o Ensino Religioso como uma área do conhecimento que, como as demais áreas, traz em sua proposta objetivos, habilidades e competências que devem se consolidar no decorrer da formação dos/as alunos/as.<sup>93</sup> Por mais que a diversidade religiosa seja evidente na sociedade, no trabalho, na educação e em outros segmentos, as denominações religiosas que compõem esse cenário possuem doutrinas e tradições diferentes. Contudo, há fatores comuns entre elas que possibilitam e facilitam perceber características da diversidade, das manifestações e compreensão do fenômeno religioso, como descrito no quadro abaixo. No âmbito escolar, é necessário reconhecer essa diversidade sem proselitismo com imparcialidade para não interferir no desenvolvimento e nem processo de aprendizagem dos/as alunos/as.<sup>94</sup> Observe o quadro a seguir:

---

<sup>91</sup> FREITAS, 2011, p. 31.

<sup>92</sup> COSTA, Antonio M. F. Um breve histórico do Ensino Religioso na educação brasileira. In: UFRGN [Site institucional]. 20 mai. 2014. [online]. [n.p.].

<sup>93</sup> FERREIRA, Renan C.; BRANDENBURG, Laude E. O Ensino Religioso e a BNCC: possibilidades de se educar para a paz. *Revista Caminhos*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 508-522, 2019. p. 516.

<sup>94</sup> SILVEIRA, Rosa M. G. Diversidade religiosa. In: DHNET [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].



Quadro 3. Fatores comuns na diversidade religiosa<sup>95</sup>

Fatores comuns na diversidade religiosa	Caracterização
Seres superiores ou divindades	Criaram o cosmo e a humanidade, dotados de poderes sobrenaturais, influenciam e transformam como os fatos acontecem .
Doutrina/ensinamentos	Conhecimento, significados, princípios, crenças e valores originados da relação e (re)velação dos seres superiores, misteriosos ou metafísicos.
Rituais	Práticas cerimoniais que proporcionam lembrar ou imitar um acontecimento sagrado original e levam a participação, comunicação e vivência das pessoas com o mistério/transcendente.
Simbologias	Utilizados para promover a comunicação do ser humano com o mistério/transcendente por meio de objetos, sinais, elementos da natureza, vestimenta e gestos que representam o sagrado.
Textos sagrados	Tradição, costumes, mitos, conhecimentos, orações, valores, histórias, ritos e acontecimentos sagrados que são repassados, sistematicamente, de uma geração a outra seja pela linguagem oral ou escrita .
<i>Ethos</i>	Diretrizes que orientam as relações entre os homens, com o mundo e com o transcendente fundamentadas em valores, normas e limites de caráter ético e moral de cada grupo e/ou tradição religiosa.
Lugares/espços sagrados	Onde ocorre o encontro dos integrantes de um grupo ou tradição religiosa com o objetivo de orar, promover cultos e praticar os respectivos ritos religiosos.
Autoridades religiosas	São competências: cuidar dos serviços de culto e rituais religiosos, transmitir a doutrina, o estudo e interpretar os textos sagrados e, ainda, orientar ética e moralmente a comunidade.

Uma grande e complexa expressão cultural é a religião, em função de sua abrangência universal e, ainda, pela subjetividade de sua interpretação, ou seja, cada ser humano tem uma forma particular de concepção e de aceitação no que diz respeito ao fenômeno religioso. Mas, esse quadro pode ser alterado quando a questão envolve denominações religiosas, pois as pessoas têm sua própria doutrina e ensinamentos, o que proporciona diversas formas de manifestação. A maioria delas entende a religião como “elemento prescindível, com capacidade de transformar o ser humano em um ser crítico e com visão de que em relação ao mundo pode ter atitudes positivas perante a sociedade”<sup>96</sup>.

São muitas questões a considerar quando se trata das manifestações de religiosidade pelas crianças em sala de aula. Essa diversidade religiosa associada a não formação inicial dos/as professores/as da Educação Infantil e a questão facultativa de matrícula no Ensino

<sup>95</sup> Adaptado de: SILVEIRA, [s.d.], [n.p.].

<sup>96</sup> CAVALCANTI, 2011, p. 177.

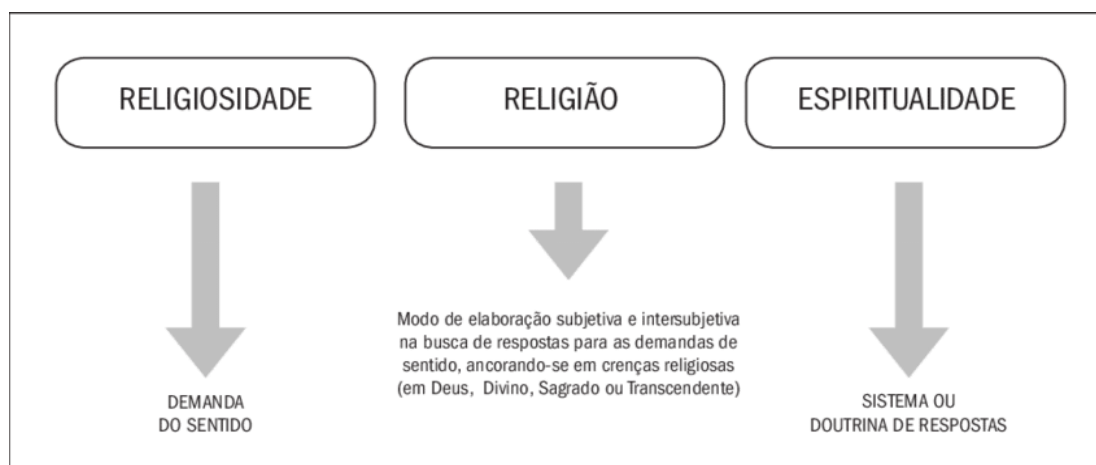
Religioso desperta uma discussão mais ampla e complexa: o proselitismo na prática pedagógica ou no papel de instigar nos/as alunos/as o ensino ao respeito e à tolerância quanto a diversidade religiosa. Esse será o assunto da próxima seção.

### 2.3 Presença da religiosidade em sala de aula

Através de um olhar avaliativo e observador, pode-se notar nas atividades infantis na escola as manifestações de religiosidade em ações, atitudes, comportamento e opiniões implícitas. Entender as diferenças entre as terminologias esclarece algumas questões importantes: sentido – religiosidade; busca por respostas das demandas de sentido, ou seja, crenças – religião; e sistema doutrinário de respostas – espiritualidade).<sup>97</sup>

Em termos de predominância, no Brasil, nota-se o crescimento dos templos e de fiéis evangélicos, como também uma queda no que se refere à religião católica apostólica romana. Mas, a discussão nesse eixo não tem como foco a denominação, e sim os aspectos relacionados às manifestações da religiosidade, em sala de aula, a partir de alunos/as da Educação Infantil. De acordo com Roberto Nentwig, “essa discussão é relevante se considerar a possibilidade de a religião perdendo seu poder de influência interferir na criação e/ou manutenção dos valores existentes”<sup>98</sup>. Nesses indicativos, é perceptível a influência de tendências religiosas, e elas caracterizam as inúmeras denominações presentes na sociedade brasileira, sendo seus elementos denominados: religiosidade, religião e espiritualidade. São termos distintos que possuem objetivos e determinações, como pode ser observado na figura a seguir:

Figura 1. Religiosidade, religião e espiritualidade<sup>99</sup>



<sup>97</sup> NENTWIG, Roberto. *Iniciação à comunidade cristã*. São Paulo: Paulinas, 2013. p. 27.

<sup>98</sup> NENTWIG, 2013, p. 28.

<sup>99</sup> FREITAS, Marta H.; VILELA, Paula R. *Leitura fenomenológica da religiosidade: implicações para o*

A caracterização que dá suporte aos diferentes discursos teológicos e/ou aos pontos essenciais da religiosidade se deve como os acontecimentos históricos. Ou seja, abordados diante das configurações sociais, formação política e, principalmente, da “produção e eficácia dos discursos ideológicos e da participação dos crentes e de suas igrejas/religiões nesses processos dá-se a partir da fé da comunidade religiosa em que ele está enraizado, produzido e em função dela”<sup>100</sup>.

Importante na formação do/a cidadão/ã, o Ensino Religioso é um assunto polêmico no âmbito escolar sobre como seria a prática, o ensino, entre outros pontos que o envolvem. Há quem concorde e quem não aceita que o Ensino Religioso seja ofertado nas escolas. Na pesquisa do Ensino Religioso na Educação Infantil, o fator predominante é a religiosidade, ou seja, a procura de sentidos que os/as alunos/as levam de suas casas para a escola e, em sala de aula, expressam em desenhos, brincadeiras, interpretações, etc. Por determinação da BNCC, o objetivo do Ensino Religioso está ancorado em quatro elementos: proporcionar, propiciar, desenvolver e contribuir, respectivamente. Veja:

- a) aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos partindo das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; b) conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença com constante de promoção dos Direitos Humanos; c) competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal; d) para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania.<sup>101</sup>

Os propósitos são claros quanto à manifestação religiosa e os/as professores/as promovem a aprendizagem a partir delas. O elemento que denota a religiosidade é a procura pelo *sagrado* e a respostas aos questionamentos relacionados à espiritualidade. A religiosidade tem como elementos integradores, além da espiritualidade, a Medicina, Psicologia e a fé, que consolida a realidade de muitos cristãos e cristãs. Por definição, Caroline Gobatto argumenta que a religiosidade consiste em um conjunto de “práticas que um indivíduo acredita e segue, parte de um sistema de adoração/doutrina específica compartilhada com um grupo que tem relações com uma denominação religiosa que propõe práticas religiosas”<sup>102</sup>.

psicodiagnóstico e para a práxis clínica psicológica. *Revista Phenomenological Studies*, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 95-107, 2017. p. 97.

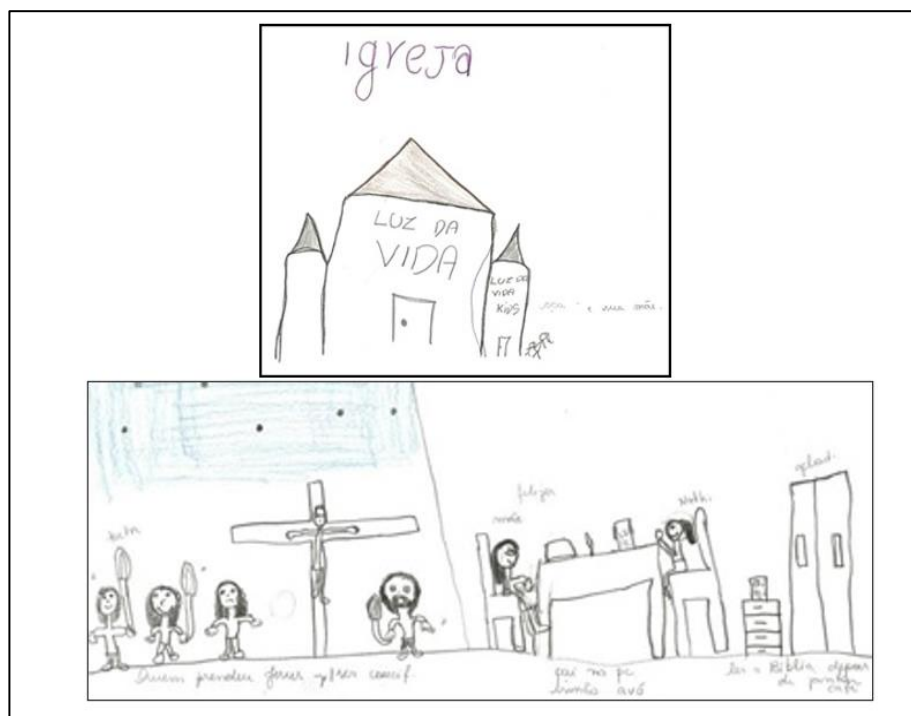
<sup>100</sup> AQUINO JÚNIOR, Francisco. Teologia e política. *Revista Rever*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 92-118, 2008. p. 93.

<sup>101</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 436.

<sup>102</sup> GOBATTO, Caroline A.; ARAUJO, Tereza Cristina C. F. Religiosidade e espiritualidade em oncologia: concepções de profissionais da saúde. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 11-34, 2013. p. 14.

Ao discutir um tema em sala de aula, que tenha alguma relação com a religião, como datas comemorativas, tais como, a Páscoa, o Natal, a Semana Santa, etc., e propor que os/as alunos/as façam uma representação por desenho do que entendeu, os/as professores/as podem se deparar com imagens que representam o que elas entendem por Deus. Isso pode ser observado na próxima figura:

Figura 2. Nuances de religiosidade na educação infantil<sup>103</sup>



De acordo com a figura acima, as manifestações na simbologia da igreja – crucificação de Cristo e do Natal na reunião da família – são questões muito presentes no cotidiano da criança, que integram a cultura religiosa e que são repassadas e reforçadas pela família diariamente. Dessa forma, os/as professores/as se veem diante de várias denominações, cujas doutrinas são criadas para manter a base religiosa e, na sala de aula, é possível observar que elas fazem parte da formação dos/as aluno/as.

As nuances da religiosidade são evidentes e se manifestam de forma aberta e clara. Na Educação Infantil, estão presentes em diferentes ações das crianças na sala de aula. Entre os anúncios da educação estão a produção de crenças, ideias, símbolos, valores e princípios que são a base social. A escola, apesar de todas as mudanças, ainda molda os/as alunos/as, de acordo

<sup>103</sup> BECKER, Ana Paula S.; SILVA, Josiane D. Concepções acerca da religiosidade: a perspectiva da criança. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 930-952, 2016. p. 936.

com a demanda da classe dominante, tornando-os sujeitos passivos, sem reação de argumentar e aptos a aceitar as condições impostas pela escola.<sup>104</sup>

Entre as brincadeiras da infância e que são exploradas em sala de aula pelos/as professores/as para passar um conteúdo, está a contação de história dos mais diferentes tipos, inclusive as religiosas. Nesta fase da vida, as histórias são peças mágicas que estimulam a criatividade e a capacidade de imaginação e de criação da criança. Ouvir história é abrir as portas da “imaginação e disponibilizar oportunidades para o desenvolvimento cognitivo e afetivo, oralidade e escrita, favorece o envolvimento pessoal e social das crianças. As histórias são um ‘Abra-te sésamo’ para o imaginário, onde a realidade e a fantasia se sobrepõem”<sup>105</sup>.

Outro exemplo pode ser visto quando os/as professores/as recorrem à brincadeira de desenho livre para motivar a criatividade dos/as alunos/as e recebem a ilustração que faz referência às denominações evangélicas. Isso pode ser notado na figura subsequente:

Figura 3. Nuances de religiosidade na educação infantil: denominação evangélica<sup>106</sup>



Os exemplos na figura acima abrem uma nova questão: seria possível os/as professores/as da Educação Infantil trabalharem questões do Ensino Religioso, percebendo as nuances da religiosidade em seus/suas alunos/as e se afastando do proselitismo? O art. 33 Lei nº 9.475/97 expressa o seguinte:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino

<sup>104</sup> BECKER; SILVA, 2016, p. 936.

<sup>105</sup> DOHME, Vania. *Técnicas de contar histórias*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 35.

<sup>106</sup> BECKER; SILVA, 2016, p. 940.

fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e são, vedadas quaisquer formas de proselitismo: § 1º: Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores; § 2º: Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.<sup>107</sup>

A religiosidade no âmbito da Educação Infantil, principalmente partindo da percepção dos/as alunos/as, representa para os/as professores/as a possibilidade de praticar o proselitismo, que é a ação de doutrinar sobre a sua denominação religiosa ou expressar intolerância, preconceito, etc. Um exemplo de brincadeira que reflete traços religiosos é a amarelinha, que em seu desenho, o ponto de partida é a casa denominada *inferno*, e, para alcançar o *céu*, a criança tem que chegar até a casa dez, obedecendo as regras do jogo.

A simbologia religiosa por de trás dessa brincadeira traduz que a criança que não se comporta e que não obedece a regra, não segue os ensinamentos e não alcança o céu. O brincar exerce uma função essencial no processo educacional da criança, pois esse ato implica de forma prazerosa e significativa na construção de sua personalidade. Brincar é uma das atividades marcantes do desenvolvimento da criança, uma característica que o ser humano carrega até a idade adulta. As brincadeiras são “reveladoras de um espaço de cultura, espaço da totalidade das qualidades e produções humanas, distinto do mundo natural, que produz e veicula projetos humanos”<sup>108</sup>.

As atividades lúdicas têm o poder sobre a criança de facilitar tanto o progresso de sua personalidade integral quanto o progresso de cada uma de suas funções psicológicas, intelectuais e morais. Ao ingressar na escola, a criança sofre um considerável impacto físico-mental, pois, até então, sua vida era exclusivamente dedicada aos brinquedos e ao ambiente familiar com as atividades lúdicas. O brincar é necessário para o desenvolvimento físico e mental das crianças e, a partir de atividades lúdicas, evidencia-se a importância dos jogos para a formação de conceitos de crianças com idade entre cinco e seis anos.<sup>109</sup>

Ao perceberem a importância do brincar para o desenvolvimento físico, mental e social das crianças, os/as professores/as passaram a explorar o lúdico em sala de aula. É “no ato de brincar que toda criança se apropria da realidade imediata, atribuindo-lhe significado, em outras palavras, jamais se brinca sem aprender”<sup>110</sup>. O brincar e o jogar permitem à criança se apropriar

<sup>107</sup> KISHIMOTO, 2005, p. 25.

<sup>108</sup> DEMATINI, Zeila B. F.; FARIA, Ana Lúcia G. *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com criança*. São Paulo: Autores associados, 2002. p. 97.

<sup>109</sup> DEMATINI; FARIA, 2002, p. 97.

<sup>110</sup> ANTUNES, Celso. *O jogo e a educação infantil: falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 31.

de um mundo que, a princípio, seria do adulto. Os jogos e brincadeiras implicam basicamente a atividade motora de repetição de gestos e movimentos.

Ao jogar amarelinha, como ilustrado na próxima figura, a criança entra em contato com os mitos relacionados a “labirintos, cuja composição levam aos caminhos dos espíritos para céu após a morte, ou seja, coloca a criança em contato com o sobrenatural. Para muitas denominações, a religião possibilita essa integração humano/sobrenatural”<sup>111</sup>. Observe:

Figura 4. Jogo da amarelinha: uma manifestação e religiosidade (céu/inferno)<sup>112</sup>



Na Educação Infantil, quando a criança manifesta a sua religiosidade, é preciso que os/as professores/as sejam capazes de cuidar com imparcialidade da dimensão religiosa expressa, haja vista que esse reconhecimento nessa faixa etária – infância – “tem um alto potencial de contribuição para o processo educativo e formador integral da criança, e o educar a religiosidade integra a construção histórico-cultural da pessoa”<sup>113</sup>. Na educação, a proposta curricular do Ensino Religioso possui fundamentos antropológicos e culturais, voltados para atender a

<sup>111</sup> TAVARES, Regina M. M. *Brinquedos e brincadeiras: patrimônio cultural da humanidade*. Campinas: Pontes, 2004. p. 65.

<sup>112</sup> FAZ FÁCIL [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

<sup>113</sup> BAPTISTA, P. A. N. O problema do objeto do Ensino Religioso. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DA PUC MINAS (SICRPMG), VII, 2016, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: SICRPMG, 2016. p. 118-123. [pdf]. p. 119.

necessidade fundamental do ser humano. Não se pode esquecer que o relacionamento religioso se traduz através de expressões, símbolos, mitos, confissões de fé e liturgias. A ação pedagógica de cuidar das manifestações religiosas reflete em educar e refletir “criticamente sobre a realidade na qual ela está inserida, pois essa dimensão tem como característica o amor e a consciência. O amor leva a pessoa transcender-se em direção a outro ser humano; a consciência o transcende em busca de sentido”<sup>114</sup>.

Os/as professores/as, enquanto um dos principais elos da cadeia de aprendizagem, devem ser incluídos/as nas discussões dos temas e nas problemáticas relacionadas à Educação Infantil, mas isso também não acontece efetivamente na prática, pois não há na literatura informações de professores/as integrando a discussão em relação à religiosidade na Educação Infantil. O art. 13 da LDB determina que uma das responsabilidades dos/as professores/as da Educação Infantil consiste em “participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar, cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica; zelar pela aprendizagem dos alunos”<sup>115</sup>.

Em sala de aula, deve-se refletir e integrar o fenômeno religioso como um saber fundamental para a formação integral dos/as aluno/as, mas, para que isso aconteça, faz-se necessário superar um desafio, isto é, o preconceito religioso, respeitando a diversidade cultural e religiosa. Nesse universo, o objetivo dos ritos é entender as práticas celebrativas contemplando, por exemplo, a descrição das práticas religiosas e identificando os símbolos mais importantes das tradições religiosas. Nesse contexto, há um fator importante a ressaltar que, além de ser uma questão de maior profundidade, proporciona ao ser humano o comprometimento com sua vida na convivência social e, além disso, “a religiosidade na e da criança é diferente na e da pessoa adulta. Neste sentido, faz-se necessário repensar a prática pedagógica em todos os espaços onde a Educação Infantil é oferecida”<sup>116</sup>. O ambiente religioso tem como uma de suas principais características a diversidade e a pluralidade de denominações.

Importante na vida do ser humano, a religião se fundamenta na relação da organização social, religiosa e no campo educacional. Essa correlação em sala de aula desperta questionamentos quanto aos métodos de ensino, prática pedagógica e a transmissão do conteúdo. Nessa perspectiva, a diversidade religiosa é uma situação com duas faces, ou seja,

---

<sup>114</sup> BAPTISTA, 2016, p. 119.

<sup>115</sup> BRASIL, 1996, [n.p.].

<sup>116</sup> SANTOS, Antonia P. *Educação Infantil e religiosidade: papel pedagógico do professor*. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2015. p. 7.



pode proporcionar forte e, efetivamente, a unidade ou pode torná-la um desafio, sendo assim, acaba constituindo um grande problema no âmbito da educação.<sup>117</sup>

Essa vitrine, que busca por um espaço no ambiente escolar público, consolida um dos inúmeros desafios de ensinar religião no espaço escolar, isto é, o preconceito religioso, imposição de não tender a nenhuma denominação, prática pedagógica imparcial em um ambiente marcado pela diversidade religiosa. Nesse cenário, o Ensino Religioso nas escolas públicas acaba sendo destacado pelos grupos religiosos como um direito individual das pessoas e um dever do Estado.<sup>118</sup>

Associar religião e educação no mesmo ambiente, ou seja, em sala de aula, desperta discussões acirradas e polêmicas, porque uma parte concorda que os conteúdos religiosos sejam ministrados em sala de aula, enquanto que a outra discorda, em função da diversidade religiosa que uma sala de aula agrega e acolhe em seu dia a dia. A religiosidade, quando manifestada em sala de aula, deve ser tratada sem proselitismo, garantindo para os/as aluno/as da Educação Infantil uma formação de valores, uma atividade cientificamente neutra para ser interpretada como área de conhecimento caracterizada pela intencionalidade educativa.<sup>119</sup>

Os/as professores/as da Educação Infantil sem uma formação inicial podem demonstrar uma visão geral sobre o trabalho docente e o processo de ensino-aprendizagem, mas não têm conhecimento específico e aprofundado sobre como trabalhar as questões de religiosidade em sala de aula. Na verdade, eles desenvolvem, planejam e executam atividades e planos de ensino, tomando como base em sua prática docente a experiência adquirida ao longo dos anos que trabalharam com crianças.

As pessoas mudaram e o encanto extremo com a religiosidade, em alguma parte do percurso, se quebrou. Mas, ainda prevalece como algo essencial para muitas pessoas, pois a religiosidade não se partiu ao meio ou desapareceu para algumas pessoas. A religião pode se transformar, mas nunca desaparecerá, pois ela tem um caráter ambivalente: ela pode prestar a objetivos opostos, tudo dependendo daqueles que manipulam os símbolos. A diversidade é uma das palavras que marca com expressividade o cenário religioso brasileiro em sala de aula. No

---

<sup>117</sup> CARNEIRO, Sandra M. C. S. Liberdade religiosa, proselitismo ou ecumenismo: controvérsias acerca da (re) implantação do Ensino Religioso nas escolas públicas do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), I, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2004, p. 2-28. [pdf]. p. 13.

<sup>118</sup> LUI, Janayna A. *Em nome de Deus: um estudo sobre a implementação do Ensino Religioso nas escolas públicas de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006. p. 81.

<sup>119</sup> SANTOS, 2015, p. 15.

próximo capítulo, analisa-se a percepção dos/as professores/as da escola em análise em relação à presença da religião nas ações docentes no ambiente escolar.



### 3 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS/AS PROFESSORES/AS DO CMEI QUANTO À PRESENÇA DA RELIGIÃO EM AÇÕES DOCENTES EM SALA DE AULA

O terceiro capítulo desta pesquisa tem por objetivo apresentar ao leitor as falas dos profissionais entrevistados à luz do conceito de dialogismo do filósofo russo Mikhail Bakhtin. Na primeira seção é descrita a metodologia utilizada, afim de facilitar o entendimento sobre dialogismo, discutiu-se os termos fala, enunciado e discurso.

Após na segunda seção foi apresentada o discurso dos/as professores/as sob análise dos conceitos do teórico Bakhtin e na terceira seção os desafios enfrentados para a conclusão do estudo.

#### 3.1 Metodologia: entrevista com os/as professores/as do CMEI Sueli Larrubia Muniz

O município da Serra possui 72 centros de Educação Infantil. A linha pesquisa deste estudo tem a Educação Infantil e o Ensino Religioso como objetos, e investiga como os/as professores/as de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Sueli Larrubia Muniz, da Serra-ES, abordam as nuances e/ou as manifestações religiosas trazidas pelos/as alunos/as para a sala de aula. No total, são dez professores/as regentes, em cada horário, graduados em Pedagogia e com cursos de pós-graduação, duas pessoas possuem titulação de mestre na área de educação.

O procedimento metodológico consistiu em uma pesquisa de campo, de cunho exploratório, com entrevistas realizadas nas dependências CMEI em tela, com cinco professores/as da Educação Infantil. A pesquisa de campo, segundo Eva Lakatos e Marina Marconi, possibilita “observar fatos e fenômenos que ocorrem espontaneamente na coleta de dados e no registro de variáveis relevantes, para análise”<sup>120</sup>. Em relação à pesquisa exploratória, trata-se de uma ferramenta que “proporciona maior familiaridade com o problema visando torná-lo mais explícito e aprimorar as ideias ou a descoberta de intuições”<sup>121</sup>. Quanto aos aspectos técnicos, configura-se uma pesquisa bibliográfica, em virtude do seu embasamento se “pautar em materiais já publicados que reúne diversas concepções sobre o mesmos tema”<sup>122</sup>.

---

<sup>120</sup> LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina A. *Fundamentos da metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 56.

<sup>121</sup> GIL, Antonio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 41.

<sup>122</sup> GIL, 2017, p. 42.

A *priori*, a proposta era entrevistar 10 professores/as que atuam no CMEI nos dois turnos. No entanto, no decorrer do processo investigativo, cinco professores/as desistiram de participar da entrevista e de responder o questionário. A amostra ficou resumida a 50% do número inicial, como já dito, mas esse fato não impossibilitou a realização do estudo e nem representou falha incorrigível ou queda de qualidade no seu desenvolvimento.

Para manter a ética nos limites da pesquisa, os/as professores/as foram identificados com as seguintes siglas: Professor 1 (P1), Professor 2 (P2), Professor 3 (P3), Professor 4 (P4) e Professor 5 (P5). O mesmo procedimento foi adotado em relação à denominação do CMEI, onde as entrevistas foram realizadas no horário destinado ao planejamento.

Os dados foram coletados por meio de entrevista – gravada e transcrita –, com um roteiro elaborado e composto por 14 questões, com duração entre 30 e 50 minutos, nas dependências do CMEI, durante os meses de abril e maio de 2022. Os dados coletados foram tratados pelo método qualitativo, por possibilitar ao “pesquisador refletir e analisar a realidade recorrendo a métodos e técnicas que permitem compreender, detalhadamente, o objeto de estudo no seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”<sup>123</sup>.

As narrativas dos/as professores/as foram analisadas, tomando como referência o dialogismo de um dos autores que, de forma mais sistemática, contribuiu para os estudos acerca do diálogo e como ele pode ocupar uma posição de centralidade na vida humana. Trata-se do teórico russo Mikhail Bakhtin. Para ele, o diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra *diálogo* num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja.<sup>124</sup>

Em uma pesquisa qualitativa, é preciso considerar a importância da fala, que é outra vertente do diálogo. Segundo Mikhail Bakhtin, “a fala tem relação com temas específicos dada a antecipação da resposta dos outros, possíveis respostas imaginadas por ele, em função do interlocutor e do contexto”<sup>125</sup>. É importante destacar que na fala alguns fatores devem ser considerados, por exemplo, a pluralidade da linguagem que assume especificidades de acordo com o contexto “reuniões sociais, familiar, cotidiana, sociopolítica; jargões profissionais; geração e de idade; de autoridade; oratória, publicitária, científica, jornalística, literária, etc.”<sup>126</sup>.

<sup>123</sup> OLIVEIRA, Maria M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 3.

<sup>124</sup> BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012. p. 117.

<sup>125</sup> SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Diálogo e dialogismo em Mikhail Bakhtin e Paulo Freire: contribuições para a Educação a Distância. *Revista Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 245-265, 2014. p. 252.

<sup>126</sup> SCORSOLINI-COMIN, 2014, p. 252.

Outro ponto considerado no dialogismo de Mikhail Bakhtin é o *enunciado* – enunciação –, que é considerado como:

Produto do ato da fala, de natureza social, determinada pela situação mais imediata ou pelo meio social mais amplo; a compreensão de uma palavra possível é também aquilo que é presumido pelo ouvinte, porque toda a palavra usada na fala real possui um acento de valor ou apreciativo, transmitido por meio da entoação expressiva.<sup>127</sup>

Na ótica de Mikhail Bakhtin, o discurso parte de alguém para alguém, organiza-se em enunciados, oral ou escrito, secundário ou primário, reproduz a individualidade do falante, parte da sua visão ideológica de um determinado assunto. O autor considera o discurso “vivo nos modos sociais, deve ser visto sob formas contraditórias, mundos de múltiplas linguagens que se interligam. O locutor seria um respondente, já que não detém o discurso pela primeira vez, pois não se origina nele”<sup>128</sup>. Todo esse processo pode auxiliar na análise de uma pesquisa qualitativa, pois todos os caminhos vertem para o enunciado, pautando-se em diferenciadas falas e vozes, mas que integram um objetivo que é o discurso que representa, no contexto final, uma realidade. No caso desta pesquisa, a Educação Infantil e a religiosidade na perspectiva dos/as professores/as do CMEI Sueli Larrubia Muniz.

### 3.2 Discursos dos/as professores/as

A presente abordagem apresenta os resultados obtidos após a realização da entrevista semiestruturada. Pelo fato de promover interação social entre os envolvidos e o entrevistador, visa obter informações dos sujeitos entrevistados. Foi elaborado um roteiro de perguntas pré-estabelecidas e abertas, apontando os objetivos da pesquisa, considerando que o resultado não depende da pesquisadora/entrevistadora.<sup>129</sup> Com esse procedimento, analisou-se a percepção das narrativas dos/as professores/as sobre como eles/as abordam as questões religiosas trazidas pelos/as alunos/as para a sala de aula.

As narrativas orais e gravadas foram realizadas em datas diferentes, para atender a disponibilidade de tempo dos/as professores/as. Veja: P1 – entrevista realizada em 05/05/2022; P2 – entrevista em 04/04/2022; P3 e P4 – entrevistas realizadas em 12/04/2022; P5 – entrevista no dia 19/04/2022. A após esse processo, no período de 10 a 20 de maio de 2022, realizou-se a

<sup>127</sup> SCORSOLINI-COMIN, 2014, p. 253.

<sup>128</sup> SCORSOLINI-COMIN, 2014, p. 253.

<sup>129</sup> MARTINS, E. *Entrevista: técnica de coleta em pesquisa qualitativa*. Revista RDBCI, Campinas, v. 8, n. 1, p. 1-13, 2018. p. 3.

transição das informações, agrupando-as em blocos, apresentando o questionamento e as respostas, simultaneamente.

Essa estrutura possibilita analisar e observar o entendimento de cada um/a deles/as em relação à temática tratada. Na primeira pergunta: o que você entende por cultura religiosa? O pensamento dos/as professores/as seguiu a mesma linha de entendimento, ou seja, algo que para P1 “é transmitido de família para a família, na minha família eu tenho uma cultura religiosa que eu já recebi dos meus avós, dos meus pais e vou levando para a vida, eu creio que é isso”<sup>130</sup>. Em outras palavras, mas com o mesmo sentido de definição e concepção, outros/as professores/as retrataram o seguinte:

P2: É aquilo que a gente traz como se fosse uma herança, entendeu, é o que a gente trás da nossa família, porque a criança quando nos relata traz isso para a gente, que cultura é essa, de que religião eu sou pertencente, a criança traz essa manifestação por meio da sua vivência familiar. [...] P3: É bem complicado, pergunta bem ampla. Eu acho que é aquilo que a nossa família vem nos passando através da fé desde o nascimento, no início a criança não tem noção ela vai sendo levada pelos mais velhos da família a uma instituição religiosa, a ter uma crença. [...] P4: Cultura religiosa para mim é todo rito religioso, prática que você tem de conectar com alguma coisa que você acha importante, seja uma tradição familiar, uma tradição cultural mais ampla de uma comunidade. [...] P5: São as crenças de um povo e tudo o que foi passado de pai para filho.<sup>131</sup>

De acordo com a fala dos/as professores/as, o ponto central dessa discussão entre eles/as foi a concepção de cultura religiosa como elemento transmitido de geração a geração, dos pais para os/as filhos/as. Enquanto cultura, cabe ressaltar que a religião se manifesta de diversas formas dentro de uma mesma sociedade e quando ocorre “o reconhecimento da diversidade dos indivíduos, grupos sociais e culturais e estabelece a comunicação entre eles”<sup>132</sup>. Outro fator enfatizado pela literatura e que corresponde ao pensamento dos/as professores/as entrevistados/as é que a cultura religiosa é repassada diariamente pela família e executa “o papel de integração e união em torno de uma fé, indicando a intencionalidade no ato de ir à igreja, simbolismo que isto remete para tais crianças.”<sup>133</sup> Observa-se que a linguagem, em termos de cultura e religiosidade, cria um diálogo na medida em que todo enunciado retoma vozes anteriores, pode, igualmente, ser empregado em discursos futuros.<sup>134</sup>

É importante analisar se o entendimento que os/as professores/as possuem sobre a cultura religiosa é consoante com a interpretação de religião e a ligação que mantem com esse

<sup>130</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>131</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>132</sup> TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos?* Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 215.

<sup>133</sup> BECKER; SILVA, 2016, p. 936.

<sup>134</sup> BAKHTIN, 2006, p. 266.

fenômeno. Em relação à segunda pergunta: o que você entende por religião e qual a sua relação com a religião? O discurso apresentado mostra, de modo objetivo, como essa integração ocorre. Para P1, “a religião é uma forma de vida”<sup>135</sup>. De acordo com P2, “nosso contato mesmo com Deus, porque cada um vai de sentir à vontade em uma determinada religião, creio que é conhecer a Deus, na religião você conhece um Deus que preenche a nossa vida e o nosso ser”<sup>136</sup>. As demais respostas foram as seguintes:

P3: Religião para mim é uma instituição a qual a gente tem a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre uma cultura milenar e a minha relação com ela veio dessa cultura familiar, sempre fui inserida em uma religião desde a infância e é muito importante, para mim é muito importante frequentar uma religião e acreditar em algo maior que tenha um propósito para a nossa vida. [...] P4: Minha relação é muito tranquila eu sou uma pessoa religiosa, eu entendo que religião faz parte da gente, independente da gente professar ou não uma fé, a religião nos perpassa enquanto seres humanos, enquanto constituintes de uma comunidade, então a religião vai sempre perpassar todos os indivíduos e a minha relação é muito simples porque eu sou uma pessoa religiosa e por isso eu não vejo nenhuma dificuldade em ter essa relação com a religião. [...] P5: Eu entendo que religião são os ensinamentos que vamos aprendendo desde o início. Sou católica e o que entendo de religião foi passado pelos meus pais e a minha relação, eu frequento, não tanto como gostaria, mas, é com a igreja católica.<sup>137</sup>

Nesse questionamento, os/as professores/as apresentaram diferentes modos de entender a religião. Para P1, “é forma de vida”. Enquanto para o Professor 2 significa o “contato mesmo com Deus”<sup>138</sup>, mas P3 apresentou um entendimento diferenciado, afirmando ser “instituição a qual a gente tem a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre uma cultura milenar”<sup>139</sup>. Também é um elemento, segundo o P4, “que faz parte da gente, independente de professar ou não uma fé, nos perpassa enquanto seres humanos”. Para P5, “são ensinamentos que vamos aprendendo desde o início”<sup>140</sup>.

Observa-se nesses posicionamentos a individualidade de cada professor/a que integra um todo sobre o mesmo assunto. A religião é uma parte importante na vida do “ser humano, independente da denominação religiosa, um conjunto de crenças que tem relação com aquilo que o ser humano considera sobrenatural, divino e sagrado, além de ser de um conjunto de rituais e códigos morais que derivam dessas crenças”<sup>141</sup>. Percebeu-se que os/as professores/as possuem uma ideia ou noção do que seja religião, e o habitual é concebê-la “como sistema comum de crenças e práticas associadas a seres sobre-humanos relacionados a termos históricos

<sup>135</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>136</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>137</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>138</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>139</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>140</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>141</sup> ALVES, Rubem. *O que é religião*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2007. p. 23.

e culturais com características bem específicas”<sup>142</sup>. Como uma herança transmitida por gerações e entendida como um conjunto de crenças, que indica a sua diversidade, no ambiente escolar ou em salas de aulas, os/as professores/as podem perceber sinais e/ou manifestações de fenômenos religiosos.

As duas primeiras perguntas serviram para situar os/as professores/as no assunto. Com elas, eles/as foram levados a refletir sobre um assunto naturalizado que é a religião e a importância dela, observando a fala dos/as professores/as em análise, percebe-se que eles/as responderam de forma bem simplista. As entrevistadas não possuíam um arcabouço teórico que lhes dessem argumentos para responder o que é religião e cultura religiosa. Nesse sentido, o conhecimento disponibilizado pelas Ciências das Religiões, ou a falta dele, influenciaram de maneira direta nas respostas dadas na terceira questão.

A terceira pergunta foi esta: em quais momentos você percebe a presença de fenômenos religiosos nesta instituição de ensino? O discurso dos/as professores/as apontou várias frentes, em que é perceptível essas nuances em alunos/as da Educação Infantil. P1 afirmou o seguinte: “vejo muito nas datas comemorativas em alguns comentários, mas a gente vê muito que a escola tem que ser laica, então não frisamos muito esse negócio de religião na escola”<sup>143</sup>. Sobre a questão de a escola ser laica, ou seja, não adotar uma religião oficial e que separa clero e Estado, Paulo de Cesare entende que “para evitar envolvimento entre os temas das partes e nem sujeitar o segundo em relação ao primeiro, isso mostra que o estado não é sinônimo de antirreligioso, mas sim de neutralidade perante a religião”<sup>144</sup>.

Por outra perspectiva, P2 destacou maior presença da “religião católica em situações como o carnaval que é uma data que não mais se comemora”<sup>145</sup>, e, com essa visão, complementou, citando uma festa popular brasileira, tipo folclore, conhecida internacionalmente e que traz em sua proposta nuances de diversas religiões. Nas palavras de P2:

P2: Mas, ainda assim, o carnaval é trazido como uma festa alegre, as outras religiões eu não vejo muito, não tenho presenciado essa abertura, até pela nossa atual gestão que é uma pessoa de fé, através da igreja católica, processa a fé dela e traz isso com ela também, e os outros professores também, porém, o carnaval é uma data mais comemorada por meio de danças alegres, é comemorado assim, mas as outras

<sup>142</sup> SILVA, Eliane M. S. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. *Revista Rever*, São Paulo, n. 2, p. 1-14, 2004. p. 6.

<sup>143</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>144</sup> DE CESARE, Paulo H. H. Religião e Estado: Estado laico é diferente de Estado antirreligioso. In: CONSULTOR JURÍDICO [Site institucional]. 21 mar. 2012. [online]. [n.p.].

<sup>145</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.



religiões nem tanto, as vezes a religião africana, as religiões afro descentes, mas, as religiões evangélicas eu vejo menos acesso.<sup>146</sup>

Em seu discurso, P3 também traz a questão da laicidade, afirmando:

P3: São momentos cada vez mais raros, porque devido a laicidade a gente não pode trabalhar, mas algumas crianças comentam as vezes, tia eu fui à missa com a minha mãe, eu fui à escola dominical. Tenho um aluno da manhã nesse ano que pede para contar a história de Jesus quando eu vou contar história. Aí eu sempre tenho que meio que enganá-lo um pouquinho porque eu não posso tratar essas histórias em sala, eu não conheço todos os pais, todas as crianças, não é. Normalmente é mais perceptível na segunda-feira, quando vamos conversar sobre o final de semana e aí alguns comentam que foram na igreja, que foram ver o pastor, que foram a escolinha dominical, muitos fazem, muitos evangélicos vão a escolinha dominical, aí eles contam que desenharam, que conversaram, falam que papai do céu é bom, coisas desse tipo.<sup>147</sup>

A laicidade integra Estados não confessionais, com posicionamento neutro em relação à religião, em respeito aos credos e até pela ausência deles. O laicismo, também não confessional, é referência aos Estados que demonstram tolerância ou intolerância religiosa. A religião é algo negativo.<sup>148</sup>

Em seu discurso, P4 argumentou que, nessa perspectiva, a religião é algo que “nos compõe, faz parte de nós, em todo momento, mesmo sem professar uma fé ela perpassa porque o sujeito está aqui, a comunidade, o conjunto de sujeitos vai fazer com que a religião se manifeste em algum momento”<sup>149</sup>. Para P5, “aqui na escola eu não percebo em nenhum momento, somente nas conversas, cada professor tem a sua religião, percebo somente entre os profissionais, não entre as crianças”<sup>150</sup>. Em oposição a P4, que expõe a manifestação de religiosidade em algum momento na escola e em sala de aula entre os/as alunos/as, P5 não vê que isso acontece com seus/suas alunos/as, mas, entre os/as profissionais da educação. São opiniões contraditórias, mas que acrescentam um dado novo, e, se observado, vai contra o proselitismo que não deve prevalecer nas instituições de ensino.

Nessa sequência de questionamentos, perguntou-se aos/às professores/as: você utiliza leituras, músicas, ritos, conselhos ou outras metodologias relacionadas a religiosidade em suas aulas? Se a resposta for positiva, em quais momentos?

P1: Volto a repetir que eu não foco muito a questão da religião porque é muito miscigenado, a gente vê que cada pessoa, cada família tem a sua religião e a sua cultura, então eu procuro não impor a minha por escolha também na vida das crianças.  
[...] P2: Sim, nos momentos de roda de conversa, porque ali eles trazem para mim a

<sup>146</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>147</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>148</sup> DE CESARE, 2012, [n.p.].

<sup>149</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>150</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

religião a qual eles pertencem e eu como educadora procuro respeitar a todas, porque são várias crianças e cada uma vai trazer a sua religião, então eu faço isso de forma que eu respeite a cada um dentro da roda de conversa. [...] P3: Eu não utilizo planejado não, só em alguns momentos quando acontece uma situação, por exemplo: uma criança fala que tem que agradecer o alimento, aí eu reforço, a que bonito, sim vamos agradecer, mas eu não faço nenhuma oração, músicas, ritos, eu não faço. [...] P4: Eu evito utilizar, enquanto professora eu evito ensinar alguma fé, mas, como eu disse a religião é cultural, por exemplo na sexta-feira é feriado, é um feriado católico, mesmo que a nossa religião seja outra é um feriado que todos nós acabamos que não comemoramos mas, vivenciando essa prática porque é um feriado religioso e o nosso país é um país religioso, então eu procuro não ensinar, mas, quando eu leio uma parlenda que tem alguma coisa, um poema, algumas músicas culturais, o próprio carnaval que passou agora, as vezes algumas cantigas tem alguma coisa da religião então acaba que isso nos perpassa, faz parte da nossa cultura principalmente no Brasil, não que eu ensine mas, a gente trabalha com a cultura de uma comunidade, quando a gente trabalha com a cultura africana isso nos perpassa em algum momento aqui. [...] P5: Não, eu até gostaria, mas não uso.<sup>151</sup>

Os enunciados acima indicam que os/as professores/as evitam impor a sua religião, mas, em rodas de conversa, os/as alunos/as repassam indícios de sua denominação religiosa. Existe ainda o/a professor/a que faz referência somente se uma “criança fala que tem que agradecer o alimento sem fazer nenhum tipo de oração”. Não ensinar alguma fé é a prática dos/as professores/as entrevistados/as, ainda que entre eles/as tenha aquele/a que deseja explorar essa possibilidade, mas não pode em respeito às determinações. A religiosidade na Educação Infantil, partindo da percepção dos/as alunos/as, representa para o/a professor/a evitar a possibilidade de praticar o proselitismo, que é a ação de doutrinar sobre a sua denominação religiosa ou expressar intolerância, preconceito, etc.<sup>152</sup>

Em algum momento, sem planejamento ou intenção, os/as professores/as, ao perceberem a manifestação religiosa de um/a aluno/a, pode, instintivamente, e de modo rápido, abordar o assunto. Insistiu-se no assunto com a quinta pergunta: em relação aos/às seus/suas alunos/as, você tem conhecimento se eles frequentam comunidades de fé ou se possuem crenças?

P1: Poucas, sim, algumas. [...] P2: Sim, alguns, sim, e eles trazem isso para mim de forma bem clara, como eu já falei a questão da família, cada um traz de uma forma, e eu tenho crianças que são evangélicas e trazem isso com muita naturalidade e muita fé mesmo e são crianças trazem um retorno até de bom comportamento, são crianças que tem uma estrutura familiar, tem uma estrutura focada na religião tem menos desajuste mental, então eu vejo por esse lado, eu acho que é assim. [...] P3: A maioria sim, eles comentam que vão e que frequentam com os pais no final de semana. [...] P4: Nessa comunidade aqui eles são muito religiosos, a maioria fé protestante, mas, tem outras também, protestante eles cantam muito louvor na sala e a gente tenta assim, quando eles cantam pede para cantar uma outra coisa, algo que seja mais cultural, as famílias também que as vezes tem algum acontecimento, pode acontecer que por conta da fé possam pedir para ter um comportamento ou outro e a gente tenta levar na maior tranquilidade que conseguir, mas, nem sempre isso é possível, porque o Estado é laico

<sup>151</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>152</sup> TAVARES, 2004, p. 65.

e essa abertura é para todas, mas, a gente tenta. [...] P5: Sim, eu os vejo na catequese, quando eu vou à igreja vejo uns rostinhos conhecidos.<sup>153</sup>

O consenso entre os/as professores/as entrevistados/as indica que eles/as percebem a relação de alguns alunos/as em frequentar comunidades de fé e, em muitos casos, é uma iniciativa dos/as alunos/as relatar se congregam em igrejas evangélicas ou católicas. Tem-se, então, outro ponto associado ao proselitismo pedagógico “o professor observa, percebe mas não estimula e nem expõe a sua religiosidade, ou seja, respeitando, também, o fato de a escola ser laica”<sup>154</sup>.

Os/as professores/as estão cientes de que o proselitismo religioso faz referência à ação de buscar pessoas para seguir uma determinada religião, e que não cabe no contexto escolar e nem na sala de aula, pois, “é atividade praticada por crentes cujo objetivo é evangelizar a partir de sua doutrina.”<sup>155</sup> A prática docente, quando envolve a manifestação de religiosidade dos/as alunos/as, requer do/a professor/a competência em coordenar as questões e não discutir questões religiosas e, além disso, não deixar os/as alunos/as sem resposta. A sexta pergunta buscou identificar se: a presença da religião no ambiente escolar da primeira infância pode oferecer benefícios ou prejuízos para formação cidadã dos/as alunos/as? Por quê? As narrativas indicam haver consenso entre eles/as:

P1: Prejuízo eu acho que não, benefícios sim, a questão até de formar um cidadão consciente que pensa no próximo, a igreja está muito envolvida nisso. [...] P2: Não, prejuízos não, eu creio mais em benefícios porque quando se trás para a religião, mas, é uma religião focada na sinceridade, na fé e no respeito pelo outro vem refletir na turma e nesse contexto escolar, eu creio que é por aí. [...] P3: Eu acredito que essa presença da religião tem que ser a cargo da família, no ambiente escolar não deve ser trabalhado. [...] P4: Eu acredito que a gente professar uma fé eu acho que talvez possa ser desrespeitoso se todas não forem contempladas, eu acredito que devemos fomentar na Educação Infantil no ensino a primeira infância o respeito a todas as religiões, então quando uma criança manifesta algo que eu concorde ou não o que eu posso fazer ali, que eu acho que vai ser salutar para a criança é ter a atitude de respeito pelo o que ela acredita, ensinar a ela que existem outras formas de se manifestar, ensinar que isso é possível e aí eu acredito que vai ser formado um cidadão que a sociedade espera e precisa, então eu acredito que precisamos construir esse ambiente de respeito por todas as religiões, a religião como eu falei vai nos perpassar, mas a postura do professor, do ensino e do currículo é o respeito às religiões. Essa diversidade que é o que tem no nosso mundo. [...] P5: Eu acho benéfico, mas, é muito complicado como isso é passado para a criança, porque tem que ser muito neutro, eu não posso falar da minha religião se não eles vão ser induzidos a uma outra religião que não é a deles ou dos pais. É benéfico se for muito bem trabalhado e ficar claro para eles.<sup>156</sup>

<sup>153</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>154</sup> PIMENTEL, 2019, p. 11.

<sup>155</sup> TAVARES, [s.d.], [n.p.].

<sup>156</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Os resultados apontaram que, para os/as professores/as, a presença da religião no ambiente escolar representa benefícios, considerando que a proposta não é tornar o/a aluno/a teólogo, especialista, teórico ou pesquisador, mas educar as expressões as quais se traduz a religiosidade da pessoa, ou seja, da educação da religiosidade objetiva. “O compromisso da escola com o desenvolvimento pleno da pessoa engloba diferentes aspectos, desde os especificamente individuais a todos os relacionamentos sociais”<sup>157</sup>.

Nessa questão, cabe ressaltar que, apesar de não integrar a Educação Infantil, o Ensino Religioso tem como proposta auxiliar o/a aluno/a para compreender, de modo positivo, a interferência das diversas manifestações religiosas em sua realidade, extrapolando os seus limites, valorizando o pluralismo e respeitando a diversidade cultural existente na sociedade. Ou seja, sem proselitismo em sala de aula ou espaço educativo.

Os/as professores/as da rede de ensino municipal estudaram largamente o conteúdo da BNCC, que foi amplamente debatido na sociedade por ocasião da sua construção e, por isso, mesmo sem estar previsto o Componente Curricular Ensino Religioso para a primeira etapa da Educação, os/as professores/as entendem que essa área do conhecimento, sendo trabalhada à luz das Ciências das Religiões, tende a agregar valores na formação dos/as alunos/as.

A sétima pergunta foi a seguinte: em sua opinião alguma religião é contemplada no CMEI? Se sim, aponte qual religião da maioria da população brasileira? Dos/as professores/as? Da comunidade onde a escola está inserida? Todas ou nenhuma? Tem-se o seguinte resultado, que também difere da realidade no contexto educacional e que se tornou visível na fala dos/as professores/as:

P1: Não vejo nenhuma. [...] P2: Igual como eu já comentei na questão das datas, que a gente sabe que o carnaval deriva de uma religião então é mais aceitável a igreja católica eu vejo que é mais aceitável nesse contexto escolar. [...] P3: Eu acho que nenhuma é contemplada no CMEI, não de maneira proposital, no nosso planejamento, no nosso PPP (Projeto Político Pedagógico), no nosso planejamento diário pode acontecer de alguma religião surgir no cotidiano, mas, não é contemplado de forma proposital. [...] P4: Eu acho que todas, aqui como já sabemos o perfil da comunidade então a gente não tem essa dificuldade de se trabalhar com eles, e as vezes o que pode acontecer em se ter que trabalhar com outras religiões é causar certa estranheza nas famílias porque a gente apresenta todas e acaba contrapondo, como é o caso da cultura africana, enfim, como o caso de outras religiões que podem aparecer no currículo, mesmo sem mencionar o termo religião por eles não entenderem, quando trabalhamos o tema diversidade da própria cultura isso pode causar estranheza um tanto nos funcionários ou nas famílias, mas, eu acho que todas são contempladas principalmente quando a gente promove o respeito a diversidade já estamos contemplando a todas as religiões. [...] P5: Eu acho que nenhuma, eu não vejo ninguém demonstrando, até mesmo entre os adultos nessa instituição o que predomina é o respeito.<sup>158</sup>

<sup>157</sup> RUEDELL, 2007, p. 120.

<sup>158</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Pode-se observar que os/as professores/as se mostraram reticentes em apresentar um discurso com profundidade, talvez, devido à complexidade das questões que podem estar envolvidas ou serem comprometedoras. Mas, não houve unanimidade nas respostas: três responderam nenhuma – P1, P2 e P5. P1 se limitou a apontar novamente o carnaval, e P4 citou todas as opções.

Nessa questão, o elemento que denota a religiosidade é a procura pelo *sagrado* e a respostas a questionamentos relacionados à espiritualidade.<sup>159</sup> As nuances da religiosidade são evidentes e se manifestam de forma aberta e clara. Na Educação Infantil, elas estão presentes em diferentes ações das crianças, no cotidiano da sala de aula. Entre os anúncios da educação estão a produção de crenças, ideias, símbolos, valores e princípios que são a base social. A escola, apesar de todas as mudanças, ainda molda os/as alunos/as, de acordo com a demanda da classe dominante, tornando-os sujeitos passivos, sem reação de argumentar e aptos a aceitar as condições impostas pela escola.<sup>160</sup>

A prática docente na Educação Infantil envolve questões polêmicas como manifestações religiosas em sala de aula e proselitismo. Por isso, a oitava pergunta foi elaborada da seguinte forma: você se sente seguro e preparado para lidar com a presença da religião no ambiente escolar de educação infantil? Observe as respostas:

P1: Boa pergunta, não sei te falar. Eu me sinto segura porque conheço um pouco da minha religião, mas, em relação as outras eu não sei se estaria segura em questão de ensinar e falar sobre ela. [...] P2: Sim, porque mesmo que tenhamos diferentes religiões, mas, enquanto pertencente de uma religião eu tenho uma segurança, uma fé professada em Deus que Deus é amor então eu preciso amar o meu próximo como a Ele mesmo e como a mim mesmo, então eu acho que é por aí e eu me sinto à vontade, porque a gente precisa respeitar todas as religiões e também me sentir respeitada, é essa mão de via dupla, eu respeitar e ser respeitada. [...] P3: Sim, eu acredito que sim, porque acredito nos benefícios da religião na vida da pessoa não é, então se houvesse a necessidade de trabalhar eu acredito que sim. [...] P4: Desde que não tenha preferência, se eu perceber que está tendo a preferência, se eu perceber que tem alguém tentando ensinar uma fé isso vai me incomodar, mesmo eu tendo uma religião sendo cristã protestante, eu acredito e vivo isso, mas, penso que aqui não é o ambiente pra gente ensinar uma fé, e sim promover o respeito, acolhimento, conhecimento e esclarecimento do que seja uma religião do que seja uma prática de uma comunidade, porque eu encaro a prática religiosa mais como uma prática cultural no ambiente escolar do que propriamente religiosa, então se isso acontecer vai me incomodar, não que eu não esteja preparada para lidar, mas, vai me causar uma estranheza e eu vou me manifestar certamente. [...] P5: Não, não me sinto, eu acho que eu teria que ter muita formação, muito preparo para lidar com esta questão na Educação Infantil.<sup>161</sup>

Os/as alunos/as, espontaneamente, e também pela curiosidade, buscam entender as questões religiosas, partindo de sua realidade familiar. Já os/as professores/as se sentem

<sup>159</sup> GOBATTO; ARAUJO, 2013, p. 16.

<sup>160</sup> BECKER; SILVA, 2016, p. 944.

<sup>161</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

confortáveis para falar sobre religião, a partir do conhecimento do Cristianismo, e, se tiverem que falar sobre outra religião, eles/as acreditam que a formação continuada é necessária. Nesse contexto, P2 e P3 se consideram preparados para trabalhar com as manifestações de religiosidade expressas por seus/suas alunos/as. P1 não soube responder, mas disse se sentir seguro, o que mostra contradição em seu entendimento. P5 afirmou não estar preparado e que há necessidade de formação. P4 condicionou o seu preparo em caso de não haver preferência, ou seja, tratar a questão de modo geral, sem proselitismo.

As vozes dos/as professores/as indicam mais uma vez a individualidade do discurso. Mesmo atuando numa mesma instituição escolar, eles/as apresentam visões e posicionamentos muitos diferenciados, considerando que é uma questão recorrente em sua rotina em sala de aula. Até em objetos ali inseridos é possível observar a presença de religiosidade, por mais neutralidade que o espaço educativo procure demonstrar.

A nona pergunta foi a seguinte: você estudou na sua formação inicial a temática religião na educação infantil? Acredita ser necessária formação continuada para a abordagem desse tema em sala de aula? Veja as respostas a seguir:

P1: Na minha formação eu não estudei sobre isso. Não, inclusive frisaram bastante para não envolvermos religião na escola. Porque a escola é um espaço laico, mas, eu acho que deveria ter sim, o envolvimento da religião, eu acho que isso traria uma valorização. [...] P2: Sim, eu acho importante e significativo porque eu não tive essa oportunidade, eu não tive essa disciplina, sabe eu acho que seria interessante sim até no contexto atual escolar, no contexto pandêmico eu acho necessário porque as crianças estão vindo com muitos problemas e eu acho que seria interessante porque a religião poderia nos ajudar sim, eu creio que a religião se nós tivéssemos essa abertura porque eu mesma não tive essa experiência de uma formação específica na área da religião para Educação Infantil, não existe, pelo menos eu não tenho visto. [...] P3: Eu não estudei na formação inicial essa temática e acredito que sim, se houvesse a necessidade de trabalhar necessitaria de uma formação continuada nesse respeito. [...] P4: Não posso dizer que eu estudei, essa temática perpassou o ensino, mas, não tive nenhuma disciplina que fosse específica para isso e a gente na Educação Infantil não tem o Ensino Religioso, então as crianças têm acesso a esse tipo de conhecimento por meio da diversidade quando se trabalha a cultura. Eu acho que sim, principalmente para os profissionais que precisam ter uma formação continuada para aprender a lidar com a prática religiosa, com essa questão cultural no ambiente escolar, porque as vezes na tentativa de ser um Estado Laico podemos ofuscar as práticas religiosas e as crianças vai lidar com isso em todo lugar então a ente sabe que a Educação Infantil é uma complementação da educação familiar e por isso deve haver o respeito a religião de todas as famílias, mas, fora daqui terão acesso a outras religiões e eu acredito que quando sabemos com o que estamos lidando vamos saber lidar melhor com aquilo eu vou saber respeitar melhor o outro, o que as famílias fazem muitas vezes é esconder que existem outras religiões e isso não traz esclarecimento, pelo contrário amplia a curiosidade, então eu acho que precisamos estar preparados tanto para trazer esclarecimento as crianças como as famílias para que elas não tenham tanta estranheza quando isso aparecer em nossa instituição. [...] P5: Eu não tive na minha formação

inicial e eu acho muito importante que tenha, a pessoa para trabalhar essa temática tem que estar muito preparada para não confundir.<sup>162</sup>

Ao rememorar o período de graduação em Pedagogia, percebe-se que nenhum dos/as professores/as entrevistados/as, ao longo de sua formação inicial, foi preparado/a para abordar questões relacionadas às manifestações religiosas na Educação Infantil. As narrativas indicaram a necessidade de formação continuada abordando essa temática, como afirmou o P1: “na minha formação eu não estudei sobre isso, inclusive frisaram bastante para não envolvermos religião na escola”<sup>163</sup>. Para P2, a formação continuada é “importante e significativa porque eu não tive essa oportunidade, essa disciplina, e seria interessante sim até no contexto atual escolar”<sup>164</sup>. Reticente em responder, P4 disse: “não posso dizer que eu estudei, essa temática perpassou o ensino, mas, não tive nenhum componente curricular que fosse específico para isso e a gente na Educação Infantil não tem o Ensino Religioso”<sup>165</sup>.

Ao analisar a fala de P4, observa-se que, atualmente, há leis que asseguram a obrigatoriedade do ensino da cultura e história africanas e indígenas nas escolas. A Lei 10.639 foi sancionada em 2003, e institui o ensino da cultura e história africana, e a Lei 11.645 complementa a Lei 10.639, ao acrescentar o ensino da cultura e história indígena para nortear o cumprimento da legislação. O Conselho Nacional de Educação a aprovou, em 2004, e o Ministério da Educação (MEC) homologou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para educação das relações étnico-raciais. As diretrizes, com caráter mandatário, apontam a necessidade de se trabalhar a cultura dos povos africanos e indígenas durante todo o ano, e não apenas nas datas 19 de abril – Dia do índio – e 13 de maio – Abolição da escravatura. Ao trabalhar a cultura desses povos, os/as professores/as da Educação Infantil têm a possibilidade de ensinar aspectos da religião praticada por eles/as. Para P5, “a formação continuada é muito importante, para a pessoa para trabalhar essa temática tem que estar muito preparada para não confundir”<sup>166</sup>.

O/a professor/a precisa estar apto para acompanhar as mudanças sociais e educacionais. Para este acompanhamento, os/as professores/as da primeira infância precisam associar formação continuada e qualificação profissional. O exercício docente se vê contemplado com uma onda de cursos de formação, devido inúmeras e novas categorias, inclusive em escolas ou em seminários permanentes. “Grandes confusões, discursos simbólicos, modelo de formação

<sup>162</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>163</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>164</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>165</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>166</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

baseado no treinamento dos professores mediante os planos de formação institucional. Uma época de ascensão dos movimentos de renovação pedagógica”<sup>167</sup>.

O discurso dos/as professores/as só evidencia uma realidade: é preciso investir na formação continuada dos/as professores/as de Educação Infantil e inserir no processo temáticas que tratem da religiosidade em sala de aula, pois eles/as estão despreparados/as para lidar com essa questão. Na prática docente, é preciso respeitar a determinação de manter e respeitar a laicidade da escola e o proselitismo em sala de aula, mesmo na Educação Infantil, que não tem esse Componente Curricular como obrigatório, mas os/as alunos/as têm posicionamentos e os expressam diariamente.

Nesse contexto, junto com os/as professores/as, buscou-se averiguar na décima pergunta o seguinte: qual a sua opinião sobre a formação inicial e as crenças pessoais de cada docente interferir na abordagem do tema religiosidade trazido no discurso e brincadeiras de seus alunos no cotidiano escolar? As respostas foram as seguintes:

P1: Eu acho que não deve interferir, não deve haver por enquanto, eu não vejo nas formações falar sobre isso, eu acho que não é uma abordagem segura. [...] P2: Eu acho que não tem nada que vai ser negativo, desde que não atrapalhe o que a família tem como religião eu acho que é benéfico, porque toda religião tem algumas coisas que podemos aproveitar, mas, penso que a gente não deve desrespeitar o que a família traz como religião. [...] P3: Eu acho que o professor tem que ser muito ético para qualquer assunto, não é porque eu sou católica que eu vou dizer que a religião do outro está errada, da mesma forma que com um adulto eu tenho a consciência de que isso é errado fazer com eles também eu preciso agir da mesma forma, então do mesmo jeito que eu trato uma criança da minha religião eu trato a da outra, se houvesse uma criança da umbanda, candomblé, o que fosse, todas devem ser tratadas iguais, com respeito. [...] P4: Como eu disse, eu não acho que aqui é o lugar para se ensinar alguma fé porque estamos em uma escola pública, mas, nós somos sujeitos, querendo ou não isso vai nos perpassar e vai se manifestar nas crianças, mas, a gente precisa de elementos para saber lidar com o que eles trazem de casa e nós trazemos também, eu acho que a forma de lidar não seria nos neutralizar e nem neutralizar o sujeito, mas, é como a própria pergunta está dizendo, é trazer outras manifestações que poderiam acrescentar na vida das crianças, como a brincadeira que eu falei, muitas vezes a gente trás: o pai Francisco e outras, sem ter o conhecimento, sem ter o esclarecimento que isso já foi utilizado como prática religiosa, eu acho que falta o esclarecimento mesmo. [...] P5: Eu penso que não tem que interferir, o professor precisa respeitar o ensinamento trazido pelo aluno de casa.<sup>168</sup>

O enunciado de P1, P3, P4 e P5 coadunam na direção de um discurso neutro frente às manifestações religiosas dos/as alunos. P3 direciona sua voz, afirmando que o/a professor/a precisa “ser muito ético para qualquer assunto [...] e em função de sua religião não deve dizer que a outra é errada”<sup>169</sup>. Para P4, sem mudar a direção de seu discurso, a escola “não é o lugar

<sup>167</sup> IMBERNÓN, 2010, p. 21.

<sup>168</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>169</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.



para se ensinar alguma fé, estamos em uma escola pública, mas, somos sujeitos, querendo ou não isso vai nos perpassar e se manifestar nas crianças, é preciso elementos para saber lidar com o que eles”<sup>170</sup>. Vale salientar que o modelo de Ensino Religioso, estabelecido na Constituição de 1988 e na LDB, assume um caráter pluralista e não confessional, enfatizando os aspectos antropológicos das religiões e teoricamente desvinculados da Igreja Católica Apostólica Romana, passando a ser ministrado nas escolas públicas de Ensino Fundamental. Por fim, P5 pensa que “não tem que interferir, mas é preciso respeitar o ensinamento trazido pelo aluno de casa”<sup>171</sup>.

Na maioria das questões, nota-se a relutância dos/as professores/as em falar abertamente de um tema tão importante no contexto da Educação Infantil, considerando as dificuldades e as interferências que sofrem em sua prática docente e em função da falta de formação continuada. Em relação à religiosidade, as crianças podem ser motivadas pela família a levar esses questionamentos para a sala de aula. Assim, “a introdução do Ensino Religioso na educação implica em refletir e integrar o fenômeno religioso como saber fundamental para a formação integral do aluno”<sup>172</sup>.

Sobre a questão de respeitar o ensinamento religioso que os/as alunos/as trazem da família, sem dúvida, é um fator importante. Enquanto mediador do processo educativo, em sua prática, o/a professor/a precisa saber trabalhar com a diversidade e com a tolerância religiosa.<sup>173</sup> Em meio a tantos cenários diferenciados no mesmo centro de ensino, a décima primeira pergunta foi assim elaborada: por meio do discurso dos professores ocorre proselitismo em suas práticas pedagógicas ou se desempenham o papel de instigar nos educandos o ensino do respeito quanto à diversidade religiosa? As respostas seguem abaixo:

P1: Sim, a diversidade existe e é respeitada, mas, porém, não é enfatizado sobre a religião em si. [...] P2: Eu vejo assim aqui na Educação Infantil, eu percebo que a afrodescendente tem mais abertura, agora a religião evangélica não tem tanta abertura porque aí vem com o discurso que a escola é laica, a escola sempre é laica só para o lado dos evangélicos, por exemplo a afrodescendente é tratada como cultura. [...] P3: Não, aqui não acontece, aqui a totalidade dos professores trabalha com o respeito, com certeza nenhuma delas tenta impor. [...] P4: Já, aqui até que menos a gente escuta algumas falas como: ó papai do céu não gosta. Então assim, são coisas que embora nos perpassa, precisamos tomar cuidado, porque por exemplo, se a criança está batendo no colega, alguma coisa que vai prejudicá-la ou outra criança e que ela deve se comportar de forma diferente, mudar aquele comportamento vai influenciar no desenvolvimento dela, vai influenciar na vida dela como um todo, qual deve ser a minha postura enquanto educador? Não é falar que papai do céu não gosta e sim o motivo pelo qual ela não deve fazer. Ou a que horas ela pode fazer e promover essa

<sup>170</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>171</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>172</sup> FONAPER, 2006, p. 56.

<sup>173</sup> SALAROLI; SIMÕES, 2017, p. 10.

mudança de mentalidade, de reação, a partir do ensino que eu vou dar, a criança tem que entender o porquê ela não pode fazer, e a frase papai do céu não gosta não traz esclarecimento, muito pelo contrário, cria até uma imagem equivocada do que o professor quis dizer na verdade. Então eu acho que temos que ter cuidado não somente com os termos religiosos, mas, com todo o resto que é ensinado aqui, tudo vai ensinar a criança. Ou vai deixar de ensinar e trazer um prejuízo ali. [...] P5: Na minha opinião meus colegas não tocam nesse assunto em sala de aula, é isso o que percebo.<sup>174</sup>

Nota-se que as respostas não contemplaram de modo profundo o questionamento, pois as narrativas dos/as professores/as sempre retomam as questões já comentadas, sem acrescentar detalhes mais coerentes com a realidade vivenciada no CMEI em tela. Fica evidente que religião e religiosidade não são temas atraentes para os/as professores/as entrevistados, ainda que seus discursos deem abertura para uma discussão mais embasada. A diversidade religiosa é um tema recorrente nas pesquisas relacionadas à Educação Infantil por não ser parte do currículo. Dessa forma, nas vozes dos/as professores/as, existe o respeito a essa diversidade sem enfatizar a religião.

Esse comportamento talvez seja explicado porque a diversidade religiosa e as características de cada religião tornam a discussão no âmbito escolar complexa ou, se abordada, é como mera troca de ideias entre os/as professores/as e, quem sabe, por toda equipe pedagógica. Essa é a realidade na política educacional do município da Serra-ES, quando se observa as resoluções determinadas pelo Conselho Municipal de Educação (CMES).<sup>175</sup> Nessa perspectiva, há pouco para se comentar, mas é pontual ressaltar que, na Educação Infantil, um segmento escolar que não tem formação inicial específica e falta formação continuada, o/a professor/a fica desabilitado para preparar o/a aluno/a em sua capacidade de compreender as diferenças sociais e religiosas.

Mas, a décima segunda pergunta foi formulada assim: como o/a professor/a de Educação Infantil lida com a questão da religiosidade em sala de aula? Uma questão que dá margem para uma discussão ampla, de muita profundidade e reflexão, por ser parte do cotidiano em sala de aula, mas o discurso dos/as professores/as ficou muito limitado, como pode ser observado abaixo:

P1: No grupo em que estou vejo pouquíssimas manifestações de religião, algumas palavrinhas, alguma coisa que ouve em casa, alguns videozinhos que eu passo as vezes na sala de aula, que eu falo assim: não tem aquela tia que fala de Jesus, uma vez aconteceu, então assim, eu até procurei o videozinhos, a criança ficou feliz, mas são raras as vezes. [...] P2: Assim na minha vivência é bem tranquilo, como eu já até mencionei eu prefiro ir pela linha do respeito, o que essa família vai trazer sobre religião, e abordar, eu posso até como professora, eu vou esboçar também o que eu penso, meu conceito. Mas, sempre respeitando o que essa família traz enquanto

<sup>174</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>175</sup> SERRA, 2009a, [n.p.].

religião. [...] P3: Como eu disse lá no início, só quando acontece alguma coisa ali no cotidiano inesperada, alguma fala de uma criança, a outra traz um livrinho de casa, é que você lida com a religião, quando alguma coisa é trazida por eles você se vê obrigada a trabalhar o assunto religião. [...] P4: Pergunta já respondida anteriormente. [...] P5: Já vi professores que inserem a religiosidade principalmente na roda de conversa com músicas e orações outros que não, a maioria percebo que não insere, só toca no assunto se alguma criança perguntar ou comentar algo.<sup>176</sup>

Os enunciados mostram que há pouca manifestação de religiosidade no CMEI, pois os/as professores/as entendem o ato de não falar sobre religião como uma prática de respeito em relação à diversidade e aos ensinamentos oriundos da família das crianças. O ponto salutar dessa questão é o discurso de P5, que mencionou que já presenciou algum colega inserir em roda de conversa “músicas e orações, mas a maioria deles somente se o aluno comentar ou perguntar algo”<sup>177</sup>.

Essas narrativas demonstram que no CMEI em análise, os/as professores/as regentes não se deparam com muitas situações que envolvem a religiosidade, o que é um ponto a se destacar, conforme as respostas dadas à quinta pergunta: em relação aos seus alunos, você tem conhecimento se eles frequentam comunidades de fé ou se possuem crenças? Os/as professores/as entrevistados/as responderam que observaram, principalmente na roda de conversa, que a maioria das crianças frequentam igrejas e a comunidade escolar é composta por integrantes religiosos. O discurso de um falante reflete suas origens, seus valores morais e sociais, bem como seu grau de instrução. O discurso pode apresentar subentendido disfarçado na palavra do narrador. No caso da décima segunda pergunta, o discurso produzido pelo grupo destoa das narrativas apresentadas como a resposta à quinta pergunta.

Em seguida, outra questão, também de grande importância, foi abordada. A décima terceira pergunta foi esta: cabe ao centro de formação do município da Serra ofertar formação continuada na área das Ciências das Religiões para os/as professores/as de crianças da primeira infância? Veja as respostas:

P1: Sim, eu vejo que sim, seria importante, eu acho que falta um pouco disso, o ensino da religião nas escolas, mas é claro que se você abre para uma religião você tem que abrir para todas. Eu acho que o maior problema é esse. Será que vai haver o respeito a diversidade? A gente vai gostar quando falar da nossa religião. Mas, vamos gostar de ouvir falar da religião do outro? Não sei. [...] P2: Sim, eu acho que é um tema muito importante que não é abordado nas escolas, não temos essa abertura, acho interessante sim, porque eu acho que deveria se estudar todas as religiões, inclusive a evangélica que eu vejo que tem um certo preconceito em dizer que a escola é laica, mas, como eu já afirmei é laica em relação aos evangélicos. [...] P3: Acredito que não, deve ser trabalhado mais para crianças do ensino fundamental mesmo. Na primeira infância eu acho desnecessária. [...] P4: Com certeza, não só essa, mas também outras temáticas, é a questão do esclarecimento que falta a nós enquanto profissionais, não temos o

<sup>176</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>177</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

esclarecimento suficiente para trabalhar a temática ensino religioso, principalmente nós que não temos o professor de Ensino Religioso aqui, eu acho que nem caberia, como nas escolas de Ensino Fundamental tem, os professores ficam menos preocupados com essa questão, eu acho que deveríamos ter a oportunidade, mesmo que não fosse de forma contínua, mas, que pudéssemos ter uma formação para entender melhor o que é o Estado Laico e nós temos profissionais na secretaria (Sedu Serra) que estudaram e poderiam ministrar. [...] P5: Sim, é um conhecimento que faz falta quando alguma criança faz perguntas, precisamos saber a opinião da Secretaria também sobre isso.<sup>178</sup>

P1 levantou um questionamento interessante: “seria importante, mas será que vai haver o respeito a diversidade? A gente vai gostar quando falar da nossa religião. Mas, vamos gostar de ouvir falar da religião do outro?”<sup>179</sup>. Essa dúvida é um indicativo de que, mesmo com formação continuada, o/a professor/a poderá não saber abordar as questões e praticar o proselitismo, ou seja, fazer sua denominação religiosa predominar sobre as outras.

Ao concordar com a importância de o centro de formação trabalhar a questão da religiosidade, P2 enfatiza ser um tema “muito importante que não se aborda nas escolas, não temos essa abertura, acho que deveria se estudar todas as religiões, inclusive a evangélica que sofre certo preconceito em dizer que a escola é laica”<sup>180</sup>. Ao responder as questões 3 e 7, P2 também teve essa fala. Por conta de a cultura afro e indígena serem amparadas por lei, a questão religiosa atrelada a elas é entendida como integrante da cultura desses povos, enquanto a música *gospel*, por exemplo, é repelida, por ser entendida como uma manifestação de fé e adoração ao Deus dos/as cristãos/ãs evangélicos/as. Em seu discurso, P4 defende essa proposta, mas enfatiza que isso deve envolver outras temáticas: “não temos esclarecimento suficiente para trabalhar o Ensino Religioso [...] deveríamos ter a oportunidade, mesmo que não fosse de forma contínua, para entender melhor que é Estado Laico”<sup>181</sup>. Para P5, é importante receber esse tipo de formação, pois “é um conhecimento que faz falta quando alguma criança faz perguntas, precisamos saber a opinião da Secretaria também sobre isso”<sup>182</sup>.

A maioria dos/as professores/as entrevistados/as concordou que sim, somente P3 disse que “deve ser trabalhado mais para crianças do ensino fundamental. Na primeira infância eu acho desnecessária”<sup>183</sup>. Essa colocação vai contra o que a literatura defende, ou seja, a importância da formação continuada, do treinamento e da qualificação para o/a professor/a agregar qualidade e inovar sua prática pedagógica.

<sup>178</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>179</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>180</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>181</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>182</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>183</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

### 3.3 Delimitações na execução da pesquisa

A execução desta pesquisa e a realização do curso do mestrado durante a pandemia de COVID-19 alteraram a estrutura dos encontros, que passaram a ser pela plataforma *Google Meet*. A maior parte dos/as cursistas e docentes da instituição não podiam prever que a pandemia perduraria por todo o curso, alterando, assim, a forma de acesso às bibliotecas físicas, aos encontros entre os/as próprios/as estudantes, dificultando o desenvolvimento de certos temas e metodologias, entre outros problemas.

No caso da pesquisa em questão, como ela foi realizada com o objetivo de capturar as nuances da religiosidade em uma creche pública municipal da Serra-ES, a dificuldade se deu pelo fato de a Educação Infantil ter sido a última etapa da Educação Básica a retornar para a modalidade presencial, que ocorreu em julho de 2021. O retorno às aulas presenciais ocorreu com vários protocolos sanitários prescritos pela Secretaria de Saúde capixaba (SESA), que deveriam ser observados e acabaram fazendo com que os profissionais da educação voltassem para as salas de aula alarmados. Por isso, optou-se pela realização de grupos focais no ano de 2022.

Com o início do ano letivo de 2022 e com a falta de professores/as de área no CMEI em análise, verificou-se a falta de tempo para elaboração de reuniões extras, como as da pesquisa, e, tendo em vista que os/as professores/as regentes não tinham horário de planejamento, adiou-se, mais uma vez, a pesquisa no chão da escola. Quando os/as professores/as dos Componentes Curriculares Educação Física e Artes chegaram, os/as professores/as regulares já estavam sobrecarregados/as, e entre os/as dez que foram convidados/as para participarem da entrevista, apenas cinco aceitaram o convite, as demais alegaram falta de tempo ou simplesmente ignoraram as solicitações feitas por *E-mail* e *WhatsApp*.

## CONCLUSÃO

Compreender a relação entre a Educação Infantil e as manifestações de religiosidades trazidas pelos/as alunos/as em sala de aula significa um desafio para os/as professores/as, pois não há formação – em nível de graduação – e nem o Ensino Religioso integra essa modalidade educacional e o currículo. É nessa faixa etária que as crianças desenvolvem suas capacidades da relação com o outro, sua identidade, suas atitudes de tolerância e o respeito às diversidades.

O caráter pedagógico da Educação Infantil deve ter como fundamento o fato de que a criança está inserida em contextos sociais determinados e diversificados. Portanto, deve-se levar em conta a sua história de vida, sua classe social, sua cultura e etnia. Nesse sentido, a escola é um espaço para a co-construção de novos conhecimentos, onde sua proposta pedagógica permite a permanente articulação dos conhecimentos sobre os conteúdos escolares com as vivências e com as indagações das crianças sobre a realidade em que vivem.

Embora a Educação Infantil tenha conquistado muitos avanços, ainda não contempla um dos maiores desafios, ou seja, a formação continuada de professores/as. Não pregamos a negação em relação às expressivas e significativas transformações, no entanto, existem muitas coisas a serem modificadas, reestruturadas e reorganizadas para proporcionar ao/a professor/a da Educação Infantil as condições efetivas de trabalho, incluindo os meios de desenvolver suas habilidades e ampliar seu conhecimento, para que possa abordar as manifestações religiosas em sua turma, de forma a não praticar o proselitismo e nem ultrapassar a laicidade, que defende a neutralidade religiosa nos espaços educacionais.

Os resultados alcançados com a pesquisa de campo contemplaram os objetivos definidos e respondeu ao problema formulado. No entanto, os discursos dos/as professores/as não alcançaram a expectativa esperada, considerando ser este um tema inovador e com questões muito pertinentes para a Educação Infantil, sobretudo, para a prática pedagógica em situações inesperadas, tais como, o/a aluno/a questionar ou querer informações sobre religião.

Apesar dos discursos apresentarem limitações nas argumentações, as colocações tiveram conexão com o tema, com o problema e com os objetivos da pesquisa. As questões que parecem ter sido mais exploradas, apresentaram um desfecho reflexivo mais abrangente, apresentando uma opinião mais condizente com a realidade vivenciada em sala de aula. É nessa perspectiva que a formação continuada contribuirá como um mecanismo importante para o desenvolvimento dessas correlações entre si. O trabalho dos/as professores/as pode e deve proporcionar maiores possibilidades de conhecimentos envolvendo conteúdos diversos.

A Educação Infantil e o Ensino Religioso são Componentes Curriculares que não oportunizam aos/às professores/as formação inicial, que daria condições e conhecimento para, em sua prática pedagógica e docente, ampliar o universo da discussão em que as manifestações religiosas proporcionam à aprendizagem e ao conhecimento dos/as alunos/as. O Ensino Religioso tem como proposta promover a formação de valores, logo, constitui uma atividade cientificamente neutra e é interpretado como área de conhecimento que leva à intencionalidade educativa.

Com o término da pesquisa, percebe-se que o fato de o Ensino Religioso não ser um campo de conhecimento a ser explorado na Educação Infantil traz aos/às professores/as da primeira infância um posicionamento de negação quanto ao assunto. Entre os/as que aceitaram ser entrevistados/as, observou-se que simplesmente não observavam as manifestações religiosas em sala, enquanto outros/as tentaram mudar o rumo da conversa trazida pelos/as alunos/as, a fim de evitar conflitos com os pais/mães e/ou autoridades da educação no município da Serra-ES.

Alguns professores/as pensam ser importante conversar sobre fé e religiosidade com as crianças, no intuito de promover a cidadania e pacificar a sua classe, mas, por não terem uma formação específica, não sabem abordar o assunto. Por isso, outros/as professores/as preferem ignorar completamente a questão com a desculpa de que a escola é laica, fazendo uma grande confusão entre Estado Laico e Estado Antirreligioso, ou laicidade e laicismo. Esse posicionamento de negação dos/as professores/as trouxe impactos para a pesquisa, um deles foi o de não obter a permissão para realizar atividades com as crianças sobre a temática, já que a resposta ao pedido foi a de que não havia nada previsto sobre esse assunto no Projeto Pedagógico (PP) da instituição analisada.

Ao realizar as matrículas e rematrículas dos/as alunos/as, poderia perguntar sobre a prática religiosa da família, para formular um gráfico e adicionar o tema religiosidade no PP do CMEI. Se surgir uma visão da instituição sobre o assunto, abre-se a possibilidade de se trabalhar dentro da perspectiva da cultura, como são trabalhados os temas da cultura indígena e africana, de forma transversal, considerando que o Ensino Religioso é trabalhado a partir do Ensino Fundamental na Serra, e também por orientação da BNCC, além do fato de a Educação Infantil ser organizada por campos de experiência e não Componentes Curriculares. Vale disponibilizar uma palestra no horário da formação continuada semanal do CMEI, para a discussão e sanar eventuais dúvidas sobre a abordagem do tema: como lidar com a religiosidade trazida no discurso dos/as alunos/as sem ter uma prática proselitista.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. *O que é religião*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- ANGOTTI, Maristela. *Educação Infantil: para que, e para quem e por quê?* Campinas: Alínea, 2006.
- ANTUNES, Celso. *O jogo e a educação infantil: falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- AQUINO JÚNIOR, Francisco. Teologia e política. *Revista Rever*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 92-118, 2008.
- ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- BAPTISTA, P. A. N. O problema do objeto do Ensino Religioso. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DA PUC MINAS (SICRPMG), VII, 2016, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: SICRPMG, 2016. p. 118-123. [pdf].
- BECKER, Ana Paula S.; SILVA, Josiane D. Concepções acerca da religiosidade: a perspectiva da criança. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 930-952, 2016.
- BRANCO, Jordana C. *A presença do discurso religioso em uma Escola de Educação Infantil da rede pública de ensino do município de Duque de Caxias*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- BRANDÃO, Carlos R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 20 jun. 2021.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001*. [Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 20 jun. 2021.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. [Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 20 jun. 2021.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. [Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 20 jun. 2021.



BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997*. [Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19475.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19475.htm). Acesso em: 20 dez. 2021.

BRZEZINSKI, Iria. *Pedagogia, pedagogos e formação de professores*. Campinas: Papirus, 1996.

BRZEZINSKI, Iria. *Profissão professor: identidade e profissionalização docente*. Brasília: Plano, 2002.

CABRAL, Ana Carla F. C. *Formação de professores para a Educação Infantil: um estudo realizado em um Curso Normal Superior*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CAMPOS, Isabel S.; RUBERT, Rosane A. Religiões de matriz africana e a intolerância religiosa. *Revista Cadernos do Lepaarq*, Pelotas, v. XI, n. 22, p. 294-307, 2014.

CAMPOS, Maria M.; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel M. *Creches e pré-escolas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1992.

CAMPOS, Maria M; FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. *Revista Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, 2006.

CANDAU, Vera M. *Interculturalidade e educação escolar: reinventar a escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARNEIRO, Sandra M. C. S. Liberdade religiosa, proselitismo ou ecumenismo: controvérsias acerca da (re) implantação do Ensino Religioso nas escolas públicas do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), I, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2004, p. 2-28. [pdf].

CASSEB, Samir A. Ensino Religioso: legislação e seus desdobramentos nas salas de aula do Brasil. In: FÓRUM MUNDIAL DE TEOLOGIA E LIBERTAÇÃO (FMTL), III, 2009, Belém. *Anais...* Belém: FMTL, 2009. p. 291-298. [pdf].

CAVALCANTI, Alberes C. Currículo e diversidade cultural: uma abordagem a partir do ensino religioso nas escolas públicas. *Revista Fundamento*, Ouro Preto, v. 1, n. 3, p. 172-186, 2011.

CECCHETTI, Elcio; SIMONI, Josiane C. *Ensino religioso não confessional: múltiplos olhares*. São Leopoldo: Oikos, 2019. *E-book*.

COSTA, Antonio M. F. Um breve histórico do Ensino Religioso na educação brasileira. In: UFRGN [Site institucional]. 20 mai. 2014. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/shXVII/Anais/GT07/7.4.pdf#:~:text=O%20trabalho%20pretende%20discutir%20o%20trajeto%20do%20Ensino,nas%20escolas%20com%20C3%B4nus%20para%20o%20poder%20p%C3%ABlico>. Acesso em: 20 dez. 2021.

DE CESARE, Paulo H. H. Religião e Estado: Estado laico é diferente de Estado antirreligioso. In: CONSULTOR JURÍDICO [Site institucional]. 21 mar. 2012. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-mar-21/estado-laico-nao-sinonimo-estado-antirreligioso-ou-laicista#author>. Acesso em: 26 mar. 2022.

DEMATINI, Zeila B. F.; FARIA, Ana Lúcia G. *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com criança*. São Paulo: Autores associados, 2002.

DOHME, Vania. *Técnicas de contar histórias*. Petrópolis: Vozes, 2010.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. *As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2016.

FACCI, Marilda G. D. *Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana*. Campinas: Autores Associados, 2004.

FAZ FÁCIL [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: <https://www.fazfacil.com.br/lazer/jogo-de-amarelinha/>. Acesso em: 05 jan. 2022.

FERREIRA, Renan C.; BRANDENBURG, Laude E. O Ensino Religioso e a BNCC: possibilidades de se educar para a paz. *Revista Caminhos*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 508-522, 2019.

FISCHER, Joachim. História dos dogmas, história da teologia, história do pensamento cristão: considerações sobre alguns conceitos da historiografia eclesiástica. *Revista Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 48, n. 1, p. 83-100, 2008.

FOREST, Nilza A.; WEISS, Silvio L. I. Cuidar e educar: perspectivas para a prática pedagógica na educação infantil. *Revista Leonardo Póis*, Santa Catarina, v. 1, n. 3, p. 41-45, 2003.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso*. 8 ed. São Paulo: Ave-Maria, 2006.

FREITAS, Fátima S. *A diversidade cultural como prática na educação*. Curitiba: IBPEX, 2011.

GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2002.

GAIGHER, Elorania. K. A. Educação infantil e religiosidade: uma reflexão sobre a formação e prática pedagógica do professor. *Revista In Totum*, Vitória, v. 4, n. 2, p. 59-61, 2017.

GARCIA, Carlos M. *Formação de professores: para uma mudança educativa*. Porto: Porto, 2005.

GATTI, Bernardete A.; BARRETO, Elba S. S. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

GIL, Antonio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOBATTO, Caroline A.; ARAUJO, Tereza Cristina C. F. Religiosidade e espiritualidade em oncologia: concepções de profissionais da saúde. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 11-34, 2013.

GOMES, Ana Maria R. *Aprender a cultura*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

GONÇALVES, Antonio B. Da intolerância religiosa aos direitos humanos. *Revista Último Andar*, São Paulo, n. 21, p. 89-121, 2013.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação continuada de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko M. *Jogo, brinquedo, brincadeira, e a educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KRAMER, Sonia. De que professor precisamos para a Educação Infantil. *Revista Pátio Educação Infantil*, São Paulo, a. I, n. 2, p. 19-29, 2003.

LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina A. *Fundamentos da metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

LIBÂNEO, José C. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUI, Janayna A. *Em nome de Deus: um estudo sobre a implementação do Ensino Religioso nas escolas públicas de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006.

MARTINS, E. *Entrevista: técnica de coleta em pesquisa qualitativa*. *Revista RDBCI*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 1-13, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília: MEC; SEB, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC; SEB, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais para formação de professores*. Brasília: SEF, 1999.

MOÇO, Anderson. Balanço do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010. In: NOVA ESCOLA [Site institucional]. 03 mar. 2010. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2901/balanco-do-plano-nacional-de-educacao-pne-2001-2010>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Brasília: UNESCO, 2003.

NADAL, B. G. *Possibilidades para a formação de professores prático-reflexivos através de iniciativas de formação contínua: espaços de intersecção*. Ponta Grossa: UEPG, 2005.

NENTWIG, Roberto. *Iniciação à comunidade cristã*. São Paulo: Paulinas, 2013.

- OLIVEIRA, Maria M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- OLIVEIRA, Zilma M. R. *A criança e seu desenvolvimento: perspectiva para se discutir a educação infantil*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- OLIVEIRA, Zilma M. R. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- OSTETTO, Luciana E. *Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores*. Campinas: Papirus, 2011.
- PASSOS, João D. *Como a religião se organiza: tipos e processos*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- PENTEADO, Luiz G. M. *Entre dizeres, saberes e fazeres: os espaços vivenciados pelo Ensino Religioso no currículo da escola pública em Recife no período de 1996 a 2014*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- PIMENTEL, Álamo. Proselitismo pedagógico e conversão ideológica na reforma do ensino médio. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1288-1311, 2019.
- PMV. *Gerência de Formação Continuada 2021*. [s.d.]. Disponível em: <http://serra.es.gov.br/secretaria/SEDU>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- PRESTES, Irene C. P. *Psicologia da educação*. Curitiba: IESDE, 2005.
- RIBEIRO, Maria Luisa S. *História da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados, 1993.
- ROCHA, Eloisa A. C. R. A função social das instituições de educação infantil. *Revista Conteúdo/Escola*, Araranguá, v. 5, n. 7, p. 1-15, 2001.
- ROMANOWSKI, Joana P. *Formação e profissionalização docente*. 3. ed. Curitiba: IBPEX, 2007.
- RUEDELL, Pedro. *Educação religiosa: fundamentação antropológico-cultural da religião segundo Paul Tillich*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- SALAROLI, Tatiane P; SIMÕES, Anélia S. M. Educar para a tolerância religiosa nas escolas públicas. *Revista Unitas*, Vitória, v. 5, n. 2, p. 350-368, 2017.
- SANTOS, Antonia P. *Educação Infantil e religiosidade: papel pedagógico do professor*. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2015.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Diálogo e dialogismo em Mikhail Bakhtin e Paulo Freire: contribuições para a Educação a Distância. *Revista Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 245-265, 2014.

SERRA (Cidade). Câmara Municipal. *Lei nº 2878, de 07 de dezembro de 2005*. [Autoriza o poder executivo a instituir o Programa Minha Primeira Bíblia nas escolas públicas municipais da Serra]. Serra: Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://prefeiturasempapel.serra.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L28782005.html?identificador=310033003900320033003A004C00>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SERRA (Cidade). Câmara Municipal. *Lei nº 4.188, de 03 de abril de 2014*. [Reconhece a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural]. Serra: Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://prefeiturasempapel.serra.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L41882014.html?identificador=310035003000320035003A004C00>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SERRA (Cidade). Conselho Municipal de Educação. *Resolução CMES nº 149/2009a*. [Regulamenta a oferta do Ensino Religioso nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino da Serra]. Serra: Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://www4.serra.es.gov.br/site/download/1575046463725-portaria-n-n-0011-2019.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SERRA (Cidade). Conselho Municipal de Educação. *Resolução CMES nº 147/2009b*. [Regulamenta a oferta do Ensino Religioso nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino da Serra]. Serra: Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://www4.serra.es.gov.br/site/download/1575046463725-portaria-n-n-0011-2019.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SERRA (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. *Circular interna nº C.I 011/2018*. [Consulta pública sobre a inclusão ou exclusão do Ensino Religioso na matriz curricular das escolas públicas municipais para o ano de 2019]. Serra: Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://www.serra.es.gov.br/>. Acesso em: 02 jul. 2021.

SILVA, Carmen S. B. *Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade*. Campinas: Autores Associados, 1999.

SILVA, Dirceu R. Oportunidade ao proselitismo: o ensino religioso e as leis educacionais no Brasil. *Revista Unitas*, Vitória, v. 8, n. 1, p. 183-202, 2020.

SILVA, Eliane M. S. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. *Revista Rever*, São Paulo, n. 2, p. 1-14, 2004.

SILVA, Pedro. *Escola-família, uma relação armadilhada: interculturalidade e relações de poder*. Porto: Afrontamento, 2003.

SILVEIRA, Rosa M. G. Diversidade religiosa. In: DHNET [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03\\_rosa2\\_diversidade\\_religiosa.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_rosa2_diversidade_religiosa.pdf). Acesso em dez. 2021.

TAVARES, André R. O direito fundamental ao discurso religioso: divulgação da fé, proselitismo e evangelização. In: CJLP [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: [http://www.cjlp.org/direito\\_fundamental\\_discurso\\_religioso.html](http://www.cjlp.org/direito_fundamental_discurso_religioso.html). Acesso em: 4 jan. 2022.

TAVARES, Regina M. M. *Brinquedos e brincadeiras: patrimônio cultural da humanidade*. Campinas: Pontes, 2004.

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ZABALZA, Miguel. *O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas*. Porto Alegre: Artmed, 2004.



## APÊNDICE: QUESTIONÁRIO PARA EXECUÇÃO DA PESQUISA

Este roteiro se destina a realização de pesquisa para a conclusão do curso de Mestrado Profissional em Ciências da Religião, da Faculdade Unida de Vitória, com o tema: Ensino Religioso e Educação Infantil: a presença da religião em ações docentes do Centro Municipal de Educação Infantil Sueli Larrubia Muniz no município de Serra-ES. O objetivo é responder à seguinte questão problema: Como os professores do referido Centro Municipal de Educação Infantil, abordam as questões religiosas (manifestações) trazidas pelos alunos para a sala de aula?

- 1) Há quanto tempo você atua como professor da educação infantil?
- 2) O que você entende por cultura religiosa?
- 3) O que entende por religião? qual a sua relação com a religião?
- 4) Em quais momentos você percebe a presença de fenômenos religiosos nesta instituição de ensino?
- 5) Você utiliza leituras, músicas, ritos, conselhos ou outras metodologias relacionadas a religiosidade em suas aulas? se a resposta for positiva, em quais momentos?
- 6) Em relação aos seus alunos, você tem conhecimento se eles frequentam comunidades de fé ou se possuem crenças?
- 7) A presença da religião no ambiente escolar da primeira infância pode oferecer benefícios ou prejuízos para formação cidadã dos alunos? Por quê?
- 8) Em sua opinião alguma religião é contemplada no CMEI: Se sim, aponte qual: religião da maioria da população brasileira? dos professores? da comunidade onde a escola está inserida? Todas ou nenhuma?
- 9) Você se sente seguro e preparado para lidar com a presença da religião no ambiente escolar de educação infantil?
- 10) Você estudou na sua formação inicial a temática religião na educação infantil? acredita ser necessária formação continuada para a abordagem desse tema em sala de aula?
- 11) Qual a sua opinião sobre a formação inicial e as crenças pessoais de cada docente interferir na abordagem do tema religiosidade trazido no discurso e brincadeiras de seus alunos no cotidiano escolar?
- 12) Observa-se se na instituição por meio do discurso dos professores ocorre proselitismo em suas práticas pedagógicas ou se desempenham o papel de instigar nos educandos o ensino do respeito quanto à diversidade religiosa?
- 13) Como o professor de Educação Infantil lida com a questão da religiosidade em sala de aula?
- 14) Em sua opinião, cabe ao centro de formação do município de Serra ofertar formação continuada na área das ciências das religiões aos professores de crianças da primeira infância?